





Fecomércio - 13/08/2020

Índice

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio: Pesquisa mostra que brasileiro viajou pouco no 3º trimestre de 2019 8
Notícias - 12/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio: Débitos de difícil recuperação com o Simples podem ser parcelados 10
Notícias - 12/08/2020

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /

Lei das micro e pequenas empresas deve atender cerca de 200 mil negócios no RN 12
Notícias - 12/08/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Ezequiel recebe setor produtivo e apoia a lei das micro e pequenas empresas 15
Notícias - 12/08/2020

Blog do Robson Pires | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Presidente da ALRN reúne setor produtivo e garante apoio a lei geral de micro e pequenas empresas 17
Notícias - 12/08/2020

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL /

SISTEMA FECOMÉRCIO-RN ENTREGA ALIMENTOS EM ANGICOS E FERNANDO PEDROZA 19
Notícias - 12/08/2020

Liege Barbalho | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Auxílio home office 20
Notícias - 12/08/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Tribunal de Justiça paulista quer ampliar gastos em R\$ 6,8 bilhões 21
Notícias - 12/08/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

RN registra aumento de 8,1% na arrecadação de impostos no mês de julho 24
Notícias - 12/08/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Economia potiguar vai se recuperando e arrecadação atinge R\$ 478 milhões em julho 26
Notícias - 12/08/2020

Blog do PC | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

RN dá sinais de aquecimento da atividade econômica e recolhe R\$ 478 milhões 27
Notícias - 12/08/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios 29
Notícias - 12/08/2020

Roberto Flávio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Após secretários pedirem demissão, Guedes admite debandada 31
Notícias - 12/08/2020

Tribuna do Norte - Blogs | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios 33
Notícias - 12/08/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios 34
Notícias - 12/08/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Indústria de alimentos e bebidas cresce 0,8% no primeiro semestre 36
Notícias - 12/08/2020

Blog do Robson Pires | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios em Natal (RN)

Noticias - 12/08/2020

38

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Rio Grande do Norte dá sinais de aquecimento da atividade econômica e recolhe R\$ 478 milhões

Noticias - 12/08/2020

40

Blog - Thaisa Galvão - RN | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios em Natal

Noticias - 12/08/2020

42

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Nova sede do Laboratório Municipal de Natal será entregue na sexta-feira

ciudades - 12/08/2020

44

Hilneth Correia | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

LEI DA MICRO E PEQUENA EMPRESA AUMENTOU EM 500% EMISSÃO DE ALVARÁS PROVISÓRIOS

Noticias - 12/08/2020

45

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Sem prever reajuste a ministros, STF aprova orçamento com R\$ 25,7 milhões a mais para 2021

Notícias - 12/08/2020

47

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Congresso mantém veto de Bolsonaro ao BPC e a outros oito projetos

Noticias - 12/08/2020

49

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios em Natal 50

Noticias - 12/08/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios em Natal 52

Notícias - 12/08/2020

Blog da Juliska | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios em Natal 54

Noticias - 12/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar fecha em R\$ 5,45 um dia após saída de secretários 56

Noticias - 12/08/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

STF aprova orçamento de R\$ 712 milhões para 2021 sem previsão de reajuste para ministros 57

Notícias - 12/08/2020

Portal N10 | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Extra Hipermercado traz descontos de até 50% em fraldas 59

Notícias - 12/08/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

'Nós respeitamos o teto de gastos', diz Bolsonaro, ao lado de Maia e Alcolumbre 60

Notícias - 12/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Índice de confiança sobe 62

Noticias - 13/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Ao lado de Maia e Alcolumbre, Bolsonaro garante teto de gastos

Noticias - 13/08/2020

65

Rosalie Arruda | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios em Natal

Noticias - 12/08/2020

67

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /

Saída do governo e apoio ao projeto

Noticias - 13/08/2020

69

Agora RN | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Presidente da Assembléia garante apoio a lei das pequenas empresas

Notícias - 13/08/2020

71

Blog Pauta Aberta | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

Qualifica Assú: Segunda fase do programa ofertará seis cursos e contemplará 540 pessoas

Notícias - 12/08/2020

73

Fecomércio: Pesquisa mostra que brasileiro viajou pouco no 3º trimestre de 2019



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

O suplemento de Turismo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad 2019), divulgada hoje (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que do total de 72.533 domicílios visitados no terceiro trimestre do ano passado, em apenas 21,8% (15.841) algum morador fez pelo menos uma viagem no período de referência. Dos que realizaram viagens, 48,8%, ou o equivalente a 2.816 domicílios particulares permanentes, tinham renda nominal per capita, isto é, por indivíduo, de quatro ou mais salários mínimos.

Em 78,2% (56.692) dos domicílios, não ocorreram viagens. Desses, 46.985 apresentavam renda inferior a dois mínimos. Dos 15.841 domicílios em que houve viagens no terceiro trimestre de 2019, 75,5% dos moradores (11.966) fizeram uma viagem no período, seguidos de 13,3% (2.143) com duas viagens no período pesquisado.

Os principais motivos alegados para nenhum morador do domicílio ter viajado no período foi a falta de dinheiro (48,9%), falta de tempo (18,5%) e não ter necessidade (13,5%). Mas enquanto a não disponibilidade de dinheiro foi admitida por 64,7% de moradores com renda inferior a meio salário mínimo, 55,5% entre meio mínimo e menos de um e 43,5% de um a menos de dois, a falta de tempo foi alegada por 32,4% dos que ganham de dois mínimos a menos de quatro e por 39,1% dos que recebem quatro ou mais salários.

Finalidades

Do total de 21.446 viagens realizadas pelos moradores no terceiro trimestre do ano passado, 96,1% foram para o território nacional (20.617) e apenas 3,9% para o exterior (829). Para 18.541 moradores (86,5%), a finalidade da viagem foi pessoal, contra 2.904 (13,5%) que tiveram motivação profissional. Visita a parentes ou amigos constituíram os principais motivos para as viagens de caráter pessoal, com 36,1% e 31,5% das respostas.

Os percentuais de moradores que viajaram para visitar parentes ou amigos foram observados nas casas com renda nominal per capita entre

meio e menos de um salário mínimo (38,3%) e entre um e menos de dois mínimos (39,2%). Em contrapartida, viajaram por lazer moradores com rendimento de dois a menos de quatro salários (43,7%) e de quatro ou mais (55,4%).

Os tipos de lazer que predominaram entre os moradores que viajaram no terceiro trimestre de 2019 foram sol e praia (34,3%), cultura (27,2%) e natureza, ecoturismo ou aventura (25,6%). O maior percentual dos que escolheram a cultura como motivo para viajar foi encontrado entre os percebem quatro ou mais salários (34,4%). Entre os que optaram pelo sol e praia, os maiores percentuais foram encontrados entre moradores com renda nominal per capita de meio a menos de um mínimo (39,6%) e de dois a menos de quatro (37,1%).

Entre aqueles que viajaram por motivo pessoal, 52,2% escolheram se hospedar na casa de amigos ou parentes. Para os moradores que viajaram por razões profissionais, 45,8% optaram por ficar em hotéis ou flats. Com base no principal local de hospedagem, a pesquisa do IBGE revelou que 38,1% dos que preferiram ficar em hotéis ou flats ganhavam quatro ou mais mínimos. Entre os que preferiram a casa de parentes ou amigos, a maior parte (53,7%) recebia entre meio e menos de um salário.

O principal meio de transporte utilizado para as viagens pessoais e profissionais foi o carro particular ou da empresa (46,6%), dos quais 47,6% fizeram essa opção para viagens pessoais e 40,4%, profissionais. O avião aparece em segundo lugar para os viajantes profissionais (30,5%), enquanto os viajantes pessoais preferiram o ônibus de linha (16,7%). A classe de rendimento que fez mais viagens

de carro particular ou da empresa foi a que recebe de dois a menos de quatro salários mínimos (58,3%). Entre os que deram preferência a ônibus de linha, destaque para os que ganham menos de meio salário (26,5%).

Regiões

A Região Sudeste liderou entre as viagens realizadas por moradores dos domicílios pesquisados no terceiro trimestre do ano passado, com 42,3% emissoras e 39,5% receptoras. Em seguida, aparece o Nordeste brasileiro, com 25,1% emissoras e 27,8% receptoras. De acordo com a pesquisa do IBGE, mais da metade das viagens ocorreu dentro do próprio estado.

As unidades da Federação mais procuradas para viagens nacionais no período analisado foram São Paulo (18,9%), Minas Gerais (12,8%), Bahia (8,7%), Rio Grande do Sul (6,7%), Rio de Janeiro (5,6%) e Paraná (5,4%).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Fecomércio: Débitos de difícil recuperação com o Simples podem ser parcelados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Até 29 de dezembro, micro e pequenas empresas com débitos no Simples Nacional considerados de difícil recuperação podem pedir o parcelamento em quase 12 anos com desconto nas multas e nos juros. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) regulamentou o parcelamento especial para os negócios de pequeno porte afetados pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).

Somente dívidas com classificação C e D - de recuperação difícil ou muito difícil - poderão ser parceladas. Dívidas de pequenos negócios falidos ou em recuperação judicial

automaticamente serão consideradas irre recuperáveis, segundo a PGFN.

O contribuinte deverá demonstrar à PGFN os impactos financeiros sofridos pela pandemia. O órgão estimará a capacidade de pagamento da micro e pequena empresa e formalizará uma proposta de parcelamento, composta de entrada de 4% dos débitos com classificação C e D parcelada em 12 meses e divisão do saldo restante em até 133 meses, com prestação mínima de R\$ 100.

Desconto

Dependendo do número de parcelas, o contribuinte pode obter desconto de até 100% nas multas, nos juros e nos encargos legais. O percentual será definido com base na capacidade de pagamento e no prazo de negociação escolhido, mas o desconto não poderá ser superior a 70% do valor total da dívida.

Pela regulamentação da PGFN, considera-se impacto na capacidade de pagamento a redução, em qualquer percentual, da soma da receita bruta mensal de 2020, com início em março e fim no mês imediatamente anterior ao mês de adesão, em relação à soma da receita bruta mensal do mesmo período de 2019.

Como aderir

A adesão pode ser feita no site da PGFN. O contribuinte deverá escolher a opção 'negociação de dívida' e clicar em 'acessar o Sispar'. No menu 'declaração de

receita/rendimento', o contribuinte deverá preencher um formulário eletrônico e aguardar a proposta da PGFN.

Somente após ter a dívida confirmada com classificação C ou D, o contribuinte receberá a proposta e poderá pedir a adesão, disponível no menu 'adesão' e na opção 'transação'. O parcelamento especial só é efetivado depois do pagamento da primeira parcela.

O acordo será cancelado se a primeira parcela não for paga até a data de vencimento, que é o último dia útil do mês da adesão. Nesse caso, o contribuinte deverá fazer o pedido de adesão novamente, até o último dia do prazo, em 29 de dezembro.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Lei das micro e pequenas empresas deve atender cerca de 200 mil negócios no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Reprodução

O projeto para a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Norte enviado pelo Governo à Assembleia Legislativa deve impactar 200 mil negócios no estado. O projeto deverá regulamentar, no estado, o estatuto criado nacionalmente em 2006. Segundo estimativas do próprio governo, a expectativa é de que as medidas impactem cerca de 90% empresas potiguares, que se enquadram entre micro e pequenas.

O texto, que apresenta mudanças de regras,

redução de burocracias e até incentivos nas compras governamentais, agrada o setor produtivo. Apresentado pelo governo a empresários na última segunda-feira (10), o projeto chegou à Assembleia Legislativa nesta terça-feira (11), segundo o gabinete civil do estado. Os empresários também terão uma reunião com o presidente do Legislativo, sobre a proposta nesta quarta-feira (12).

Por mais que municípios contem com leis próprias sobre as micro e pequenas empresas, os empresários explicam que é necessária uma mudança em cada uma das instâncias do poder público. Segundo o presidente da CDL Natal, José Lucena, o a proposta estava parada há cerca de quatro anos, mas o atual governo se comprometeu, ainda durante a campanha eleitoral, a colocar o projeto em pauta. 'É menos estado e mais trabalho. Vai facilitar muito a abertura e fechamento de empresas, o acesso a crédito, vai desburocratizar o empreendedorismo', considera.

Apesar de diminuir os encargos sobre as empresas, a máquina pública continuaria a ter uma grande influência sobre os negócios. Se o texto for aprovado como está, por exemplo, as licitações para compras de até R\$ 80 mil serão exclusivas para empresas de micro e pequeno porte. Elas ainda terão prioridade em outras concorrências com empresas maiores, nos critérios de desempate. O governo também deverá ter meta anual de participação dessas empresas em compras governamentais.

O projeto ainda prevê a criação de incentivos fiscais para as empresas, com prioridades para

algumas como as ligadas ao turismo, as de tecnologia e de agronegócio voltado para exportação. Também há redução a zero dos valores de taxas, emolumentos e demais custos cobrados administrativamente pelo estado em processos de abertura, inscrição, registro, alvará, licença, cadastros, alterações cadastrais e baixas para micro-empendedor individual.

Também são previstas ações de incentivo ao crédito, fomento ao desenvolvimento da cultura empreendedora, entre outros focos. Do ponto de vista de fiscalização, as atividades terão primeiro caráter educativo, segundo o projeto. E dívidas tributárias que forem reconhecidas pelas empresas deverão ser isentas de pagamento de multa. Já do ponto de vista administrativo, o acesso a documentos e regularizações também deverá ser centralizada e facilitada dentro dos órgãos estaduais.

Segundo o presidente da Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio/RN), **Marcelo Queiroz**, apenas no setor são cerca de 49 mil empresas que poderiam ser beneficiadas. Somando comércio e serviços, o número aumentaria para 110 mil.

'É um arcabouço importante de ações e posturas que o poder público estadual assume e que, certamente, irá impulsionar este estrato do setor produtivo que responde por mais de 90% de nossas empresas e, no ano passado, foi o responsável por quase 70% das vagas de emprego aberto, sendo pilar da geração de renda no RN. Num momento em que estamos nos esforçando para construir uma retomada consistente da atividade econômica, trata-se de uma iniciativa extremamente assertiva', diz.

Na mensagem enviada à Assembleia, a governadora Fátima Bezerra (PT) afirmou que a aprovação da medida é urgente diante do cenário de pandemia do novo coronavírus, ressaltando levantamento do IBGE que apontou que das 716,6 mil empresas fechadas até a primeira quinzena de junho, no país, 99,8% correspondiam a pequenas e micro empresas. 'Faz-se indispensável a atuação do poder público para conter a crise, dando suporte à manutenção do funcionamento destas empresas', disse na mensagem.

Segundo Cátia Lopes, analista da unidade de políticas públicas do Sebrae, toda a proposta poderá gerar um ambiente melhor para empreender no estado, em vários eixos, como tributação, inovação, tecnologia e exportação e educação.

'No eixo das compras públicas, os órgãos públicos do estado compraram R\$ 6 bilhões e nós temos 1,2 bilhão que foram pagos a empresas de fora. Nosso pleito é para incluir os pequenos, de forma que esse dinheiro continue circulando no estado', aponta. Ela também ressaltou a importância da criação de uma classificação de risco para as atividades, para facilitar e agilizar a regularização dos empreendimentos que tiverem baixo risco ambiental.

Em Natal, lei funciona há um ano

Em Natal, uma lei no mesmo sentido foi sancionada em 2019. Segundo o município, no período, junto com o processo de digitalização de processos, a lei provocou um aumento de 500% na emissão de alvarás provisórios para de empresas. Nos alvarás definitivos, o aumento anual foi de quase 300%, segundo a

Secretaria Municipal de Urbanismo.

Com base na legislação, o micro e pequeno empreendedor conseguiu desburocratização para conseguir legalizar o negócio. Para quem tem lotes pequenos, houve a ampliação da desobrigação de estacionamento para lotes de até 300m² e com frente menor que 15 metros. Além disso, passou a ser permitida a flexibilização quanto à estrutura de pequenos negócios, com acessibilidade obrigatória apenas nas áreas de atendimento ao público. Pequenas unidades que têm sobreloja sem elevador, por exemplo, passaram a ser desobrigadas de instalar o equipamento.

Segundo o titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, Thiago Mesquita, as exigências inviabilizavam muitos pequenos negócios. Outra medida ressaltada por ele foi a centralização dos processos em uma única secretaria municipal. 'A desburocratização facilitou o empreendedorismo na cidade. A gente tem que trabalhar cada vez mais nessa linha, que é um processo sem volta', considera.

G1RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ

Ezequiel recebe setor produtivo e apoia a lei das micro e pequenas empresas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os micro e pequenos empresários do Rio Grande do Norte estão próximos de aproveitar um ambiente mais favorável aos negócios no Estado. Na tarde desta quarta-feira (12), o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), recebeu representantes do setor produtivo potiguar para discutir o projeto de lei que institui e disciplina a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Estado e garantiu total apoio à proposta. O presidente do Legislativo, inclusive, anunciou que vai formar um grupo de parlamentares para acompanhar e debater junto ao empresariado o aperfeiçoamento da proposta.

Ezequiel Ferreira conversou com o representantes da Federação das Indústrias (Fiern), Federação do Comércio (Fecomércio), Federação das Associações Comerciais (Facern), Federação da Agricultura e Pecuária (Faern) e Associação Comercial do Rio Grande do Norte (ACRN), além da Federação da Câmara de Dirigentes Lojistas (FCDL), Confederação dos Dirigentes Lojistas de Natal (CDL Natal) e do Sebrae/RN. No encontro, o presidente da Assembleia disse que estava à disposição do setor produtivo para ajudar na tramitação e na discussão da proposta. Para o deputado, o projeto é fundamental para a economia potiguar.

"A classe política é sabedora que o Projeto de Lei que chega ao Legislativo Estadual tomou por base as melhores práticas que existem no País em termos de legislação para construir essa minuta. Vamos trabalhar nas comissões para aprovar esse projeto e principalmente implementar a lei, que é capaz de criar um ambiente favorável para investidores no Rio Grande do Norte", disse Ezequiel Ferreira.

A minuta da matéria propõe uma série de instrumentos normativos nas áreas de políticas de desenvolvimento, desburocratização, assim como compras governamentais e incentivos tributários para empresas de pequeno porte, microempresas, Microempreendedores Individuais (MEI) e empreendimentos econômicos solidários. A expectativa é que a nova lei amplie a geração de emprego e renda, principalmente após as perdas econômicas decorrentes da pandemia do coronavírus.

O diretor-superintendente do Sebrae, Zeca Melo, explicou que a visita de cortesia ao presidente da Assembleia teve como objetivo demonstrar o interesse do setor produtivo na matéria. O grupo informou que já há uma equipe técnica analisando a proposta e que poderá fazer sugestões para o aperfeiçoamento do projeto durante o trâmite no Legislativo.

"Viemos com o objetivo de demonstrar nosso interesse e que estamos à disposição para participar e contribuir com o projeto. Torcemos para que consigamos a aprovação ainda neste ano para que já tenhamos em 2021 a lei em vigência", disse Zeca Melo.

Um dos pleitos que seriam apresentados pelo setor ao deputado Ezequiel Ferreira seria com a formação de grupo de trabalho para analisar a proposta junto aos empresários. Contudo, o presidente do Legislativo já havia se antecipado e logo no início da reunião informou aos representantes do setor produtivo que o grupo já estava sendo constituído e que faria a ponte entre os empresários e a Casa no debate da matéria.

"Teremos o grupo, mas eu também estarei à disposição sempre para recebê-los para discutir essa matéria, que vai contribuir significativamente para a economia do Rio Grande do Norte. Contem como nosso apoio", garantiu Ezequiel Ferreira.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Presidente da ALRN reúne setor produtivo e garante apoio a lei geral de micro e pequenas empresas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Robson Pires

Os micro e pequenos empresários do Rio Grande do Norte estão próximos de aproveitar um ambiente mais favorável aos negócios no estado. Na tarde desta quarta-feira (12), o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), recebeu representantes do setor produtivo potiguar para discutir o projeto de lei que institui e disciplina a Lei Geral da Micro e Pequenas Empresas no estado e garantiu total apoio à proposta. O presidente do Legislativo, inclusive, anunciou que vai formar um grupo de parlamentares para acompanhar e debater junto ao empresariado o aperfeiçoamento da

proposta.

Ezequiel Ferreira conversou com o representantes da Federação das Indústrias (Fiern), Federação do Comércio (Fecomércio), Federação das Associações Comerciais (Facern), Federação da Agricultura e Pecuária (Faern) e Associação Comercial do Rio Grande do Norte (ACRN), além da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL), Confederação dos Dirigentes Lojistas de Natal (CDL Natal) e do Sebrae/RN. No encontro, o presidente da Assembleia disse que estava à disposição do setor produtivo para ajudar na tramitação e na discussão da proposta. Para o deputado, o projeto é fundamental para a economia potiguar.

'A classe política é sabedora que o Projeto de Lei que chega ao Legislativo Estadual tomou por base as melhores práticas que existem no país em termos de legislação para construir essa minuta. Vamos trabalhar nas comissões para aprovar esse projeto e principalmente implementar a lei, que é capaz de criar um ambiente favorável para investidores no Rio Grande do Norte', disse Ezequiel Ferreira.

A minuta da matéria propõe uma série de instrumentos normativos nas áreas de políticas de desenvolvimento, desburocratização, assim como compras governamentais e incentivos tributários para empresas de pequeno porte, microempresas, Microempreendedores Individuais (MEI) e empreendimentos econômicos solidários. A expectativa é que a nova lei amplie a geração de emprego e renda, principalmente após as perdas econômicas

decorrentes da pandemia do coronavírus.

O diretor-superintendente do Sebrae, Zeca Melo, explicou que a visita de cortesia ao presidente da Assembleia teve como objetivo demonstrar o interesse do setor produtivo na matéria. O grupo informou que já há uma equipe técnica analisando a proposta e que poderá fazer sugestões para o aperfeiçoamento do projeto durante o trâmite no Legislativo.

'Viemos com o objetivo de demonstrar nosso interesse e que estamos à disposição para participar e contribuir com o projeto. Torcemos para que consigamos a aprovação ainda neste ano para que já tenhamos em 2021 a lei em vigência', disse Zeca Melo.

Um dos pleitos que seriam apresentados pelo setor ao deputado Ezequiel Ferreira seria com a formação de grupo de trabalho para analisar a proposta junto aos empresários. Contudo, o presidente do Legislativo já havia se antecipado e logo no início da reunião informou aos representantes do setor produtivo que o grupo já estava em sendo constituído e que faria a ponte entre os empresários e a Casa no debate da matéria.

'Teremos o grupo, mas eu também estarei à disposição sempre para recebê-los para discutir essa matéria, que vai contribuir significativamente para a economia do Rio Grande do Norte. Contem como nosso apoio', garantiu Ezequiel Ferreira.

O post Presidente da ALRN reúne setor produtivo e garante apoio a lei geral de micro e pequenas empresas apareceu primeiro em Blog do Robson Pires.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

SISTEMA FECOMÉRCIO-RN ENTREGA ALIMENTOS EM ANGICOS E FERNANDO PEDROZA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Na manhã desta quarta-feira, 12, O presidente do **Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**, através do **Sesc RN**, viabilizou a entrega de 322 cestas básicas a Associação Pela Vida, com sede em Angicos, com o intuito de atender famílias carentes nas cidades de Angicos e Fernando Pedroza.

A entrega foi feita de forma oficial a presidente da Associação, Keren-Happouk Maria Macêdo da Cunha do Rosário, e ao padre Jailton S. Soares, responsável pela paróquia de São José dos Angicos. O ato se deu na Casa Paroquial, no Centro da cidade.

A ação chega em boa hora, pois muitas famílias carentes serão beneficiadas com essa distribuição de alimentos.

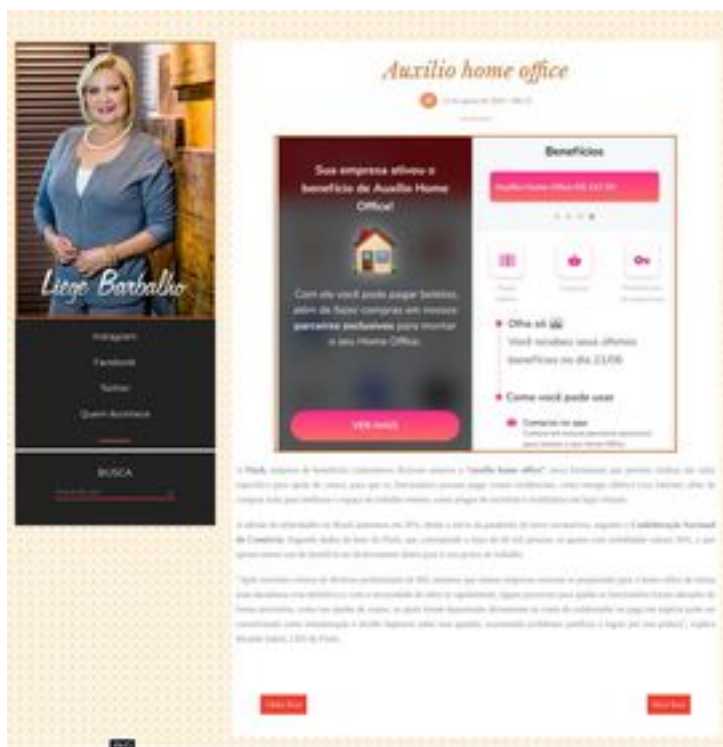
Entre março e julho de 2020, o **Sistema Fecomércio RN**, por meio do **Sesc RN**, viabilizou a entrega de quase 19 mil cestas básicas, precisamente a 18.986 cestas, a 100 entidades cadastradas em 15 municípios potiguares. Neste período de pandemia, mais de 245 mil pessoas já foram beneficiadas com 775 toneladas de itens doados.

Sobre o **Mesa Brasil RN**

Implementado em 2003 no **Sesc RN**, o programa é uma rede nacional de solidariedade que desenvolve ações de segurança alimentar e nutricional. É uma ação conjunta que integra Sesc, empresas e instituições sociais no combate à fome e ao desperdício de alimentos, com um papel proativo e socialmente responsável. Paralelamente, desenvolve ações educativas (oficinas de reaproveitamento de alimentos) e exercício da cidadania.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL

Auxílio home office



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Liege Barbalho

A Flash, empresa de benefícios corporativos flexíveis anuncia o 'auxílio home office', nova ferramenta que permite creditar um valor específico para ajuda de custos, para que os funcionários possam pagar contas residenciais, como energia elétrica e/ou Internet; além de comprar itens para melhorar o espaço do trabalho remoto, como artigos de escritório e mobiliários em lojas virtuais.

A adesão do teletrabalho no Brasil aumentou em 30%, desde o início da pandemia do novo coronavírus, segundo a **Confederação Nacional do Comércio**. Segundo dados da

base da Flash, que corresponde a mais de 60 mil pessoas, os gastos com mobilidade caíram 36%, o que aponta menor uso do benefício no deslocamento diário para ir aos postos de trabalho.

'Após ouvirmos relatos de diversos profissionais de RH, notamos que muitas empresas estavam se preparando para o home office de forma mais duradoura e/ou definitiva e, com a necessidade de aderi-lo rapidamente, alguns processos para ajudar os funcionários foram adotados de forma provisória, como nas ajudas de custos, as quais foram depositadas diretamente na conta do colaborador ou paga em espécie pode ser caracterizada como remuneração e incidir impostos sobre esta quantia, acarretando problemas jurídicos e legais por esta prática', explica Ricardo Salem, CEO da Flash.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

RN registra aumento de 8,1% na arrecadação de impostos no mês de julho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Rio Grande do Norte registrou aumento de 8,1% na arrecadação de impostos no mês de julho. É o que aponta o Boletim de Atividade Econômica divulgado nesta terça-feira (11) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET). O total arrecadado no último mês foi R\$ 478 milhões, enquanto em junho a arrecadação foi de R\$ 442 milhões. O valor registrado neste mês é o maior desde março - R\$ 475 milhões -, quando foram decretadas as medidas de isolamento social em função da pandemia do novo coronavírus.

O montante arrecadado é referente a três **tributos**: Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e

Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD)

Apesar do crescimento no ano, o boletim aponta uma redução quando os números são comparados ao mesmo período de 2019. No mês de julho daquele ano foram arrecadados R\$ 525 milhões, uma queda de 9% na comparação. Só em ICMS, que é considerado o principal tributo estadual, em julho deste ano foram arrecadados R\$ 420 milhões, volume 11% inferior aos R\$ 470 milhões recolhidos em julho de 2019.

De acordo com o boletim, o crescimento da arrecadação no último mês tem relação com a retomada gradual da **economia** e o setor que mais impulsionou essa alta foi o comércio varejista, sobretudo no que diz respeito ao ICMS. O varejo acumulou em julho R\$ 98 milhões, o maior montante entre os principais segmentos avaliados. Uma alta de aproximadamente 36% no comparativo com junho e o volume chega a ser maior até do que foi arrecadado em julho do ano passado (R\$ 93 milhões).

Os dados sinalizam uma tendência de aquecimento da **economia** no estado. Considerando as transações comerciais feitas em julho, os valores médios diários chegaram a cerca de R\$ 289,4 milhões. O varejo foi o setor que obteve melhores negociações em termos de valores médios diários por operação: aproximadamente R\$ 82 milhões. No atacado, esse valor foi de R\$ 51 milhões e, no setor de

combustíveis, R\$ 41,8 milhões. Na indústria, o valor médio diário foi de cerca de R\$ 38 milhões.

Quanto à emissão de documentos fiscais, foram emitidas uma média de 873 mil notas fiscais por dia no mês, um volume ainda 11% menor do que o mesmo período de 2019, quando se obteve uma média diária de 984 mil notas fiscais emitidas.

G1RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Economia potiguar vai se recuperando e arrecadação atinge R\$ 478 milhões em julho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bruno

O Rio Grande do Norte dá sinais de que começa a reaquecer a **economia**. Os principais indicadores fiscais no mês de julho, marcado pela retomada das atividades não essenciais, já estão sendo considerados os melhores dos últimos cinco meses. O recolhimento de **tributos** no sétimo mês do ano atingiu a marca de R\$ 478 milhões. Apesar de representar uma redução de 9% em relação ao volume arrecadado em julho de 2019, quando o RN somou R\$ 525 milhões em recolhimento de **tributos**, este é o maior montante que entrou para os cofres estaduais desde março, quando foram decretadas as medidas de contenção ao

avanço do novo coronavírus (Covid-19) no estado.

Em junho deste ano, o total recolhido do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) foi de R\$ 442 milhões. Já em maio, esse valor foi de R\$ 421 milhões e, em abril, R\$ 429 milhões. A receita de julho superou até mesmo a de março, quando foram arrecadados pelo estado R\$ 475 milhões em função dos três **tributos**.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

RN dá sinais de aquecimento da atividade econômica e recolhe R\$ 478 milhões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O Rio Grande do Norte dá sinais de que começa a reaquecer a **economia**. Os principais indicadores fiscais no mês de julho, marcado pela retomada das atividades não essenciais, já estão sendo considerados os melhores dos últimos cinco meses. O recolhimento de **tributos** no sétimo mês do ano atingiu a marca de R\$ 478 milhões.

Apesar de representar uma redução de 9% em relação ao volume arrecadado em julho de 2019, quando o RN somou R\$ 525 milhões em recolhimento de **tributos**, este é o maior montante que entrou para os cofres estaduais

desde março, quando foram decretadas as medidas de contenção ao avanço do novo coronavírus (Covid-19) no estado.

Em junho deste ano, o total recolhido do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) foi de R\$ 442 milhões. Já em maio, esse valor foi de R\$ 421 milhões e, em abril, R\$ 429 milhões. A receita de julho superou até mesmo a de março, quando foram arrecadados pelo estado R\$ 475 milhões em função dos três **tributos**.

Os números estão na décima edição do Boletim de Atividade Econômica, divulgado nesta terça-feira (11) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado.

O informativo, cujo monitoramento era semanal, passou a avaliar o nível das atividades econômicas mensalmente diante da volta ao funcionamento gradual dos principais segmentos da **economia** potiguar. O material está disponível para download no site da SET-RN (www.set.rn.gov.br).

Segundo dados do boletim, em julho, a arrecadação de ICMS, que é o principal tributo estadual, chegou a R\$ 420 milhões, volume 11% inferior aos R\$ 470 milhões recolhidos no sétimo mês de 2019. No entanto, quando

comparado a junho deste ano, houve um aumento superior a 10% no recolhimento desse imposto.

Participação setorial

O setor que mais impulsionou essa alta na arrecadação de ICMS foi o comércio varejista. A arrecadação desse setor superou a do atacado, que vinha desde o início da pandemia apresentando as maiores altas. O varejo acumulou no mês passado R\$ 98 milhões, o maior montante entre os principais segmentos avaliados. Esse resultado traduz uma alta de aproximadamente 36% no comparativo com junho e o volume chega a ser maior até que o que foi arrecadado em julho do ano passado (R\$ 93 milhões).

No caso do atacado, o recolhimento subiu de R\$ 88 milhões para R\$ 96 milhões entre junho e julho deste ano e, nesse intervalo em 2019, o montante foi menor: R\$ 75 milhões. Os demais segmentos apresentaram níveis estáveis de arrecadação.

O informativo econômico da SET-RN também sinaliza uma tendência de aquecimento da **economia** do Rio Grande do Norte, considerando as transações comerciais feitas em julho deste ano. Os valores médios diários chegaram a cerca de R\$ 289,4 milhões. O varejo foi o setor que obteve melhores negociações em termos de valores médios diários por operação: cerca de R\$ 82 milhões. Já no atacado, esse valor foi de R\$ 51 milhões e, no setor de combustíveis, R\$ 41,8 milhões. Já na indústria o valor médio diário foi de cerca de R\$ 38 milhões.

Quanto à emissão de documentos fiscais,

foram emitidas uma média de 873 mil notas fiscais por dia no mês, um volume ainda 11% menor do que o mesmo período de 2019, quando se obteve uma média diária de 984 mil notas fiscais emitidas.

Agora RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Há pouco mais de um ano, o prefeito de Natal, Álvaro Dias, sancionou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O novo regramento permitiu ao investidor condições necessárias no que diz respeito a licenciamentos, **tributos**, incentivos, informações e segurança jurídica, para abrir ou manter aberto um empreendimento na capital potiguar. Uma mostra disso é o aumento expressivo da emissão de legalizações.

'A lei de micro empresa, juntamente com a digitalização dos processos da Semurb, provocou um aumento de 500% na emissão de alvarás provisórios, considerando períodos anteriores, logo no primeiro ano de implementação. Dos alvarás definitivos, houve

um aumento anual de aproximadamente 300%, quantidade que se manteve estável mesmo no período de pandemia, o que nos dá indícios de que as flexibilizações da Lei e as modernizações da Semurb conseguiram evitar um dano maior na nossa **economia**, mesmo na fase de crise', explica o titular da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (Semurb), Thiago Mesquita.

Com base na legislação proposta e sancionada pela Prefeitura, o micro e pequeno empreendedor natalense conseguiu facilitar sua vida graças a diversas ações executadas pelo órgão, como a desburocratização da legalização para quem tem lotes pequenos com a ampliação da desobrigação de estacionamento para lotes até 300m² e com frente menor que 15m. Além disso, passou a ser permitida a flexibilização na acessibilidade de pequenos negócios que passam a ter a acessibilidade obrigatória nas áreas de atendimento ao público, mas facilitada para áreas de serviço. Um exemplo são pequenas unidades que têm sobreloja sem elevador, as quais passam a ser desobrigadas de instalar o equipamento caro que inviabiliza a legalização, muitas vezes.

Os empreendedores também passaram a contar com o aumento da validade do alvará provisório para um ano, podendo ser prorrogada por mais 180 dias, período em que o empreendedor trabalha coberto pela lei e se capitaliza para efetivar alguma adequação física no estabelecimento e providenciar os documentos para a legalização de todo o empreendimento.

Outras medidas importantes já implantadas na

Semurb são a emissão automática para MEI, ME e pequenas empresas do alvará de funcionamento provisório para usos de baixo risco, a instituição da fiscalização educativa e a criação do processo unificado de licenciamento, ato administrativo que está sendo implementado com toda a digitalização dos sistemas da prefeitura, bem como da unificação do rito de licenciamento com todas as secretarias envolvidas.

Estes ganhos foram possíveis pela ampliação dos serviços do portal directa e pela migração dos sistemas de trabalho manuais ou de sistemas desatualizados para um mais moderno que integra toda a prefeitura. 'Com relação à consulta de localização realizada conjuntamente com a Jucern, através do sistema Redesim, temos observado um aumento inicial de 60 processos por ano para aproximadamente 15.000 por ano. Este número apresentou uma queda de apenas 10% nas consultas na pandemia, o que denota que o trabalho de digitalização e as facilidades ofertadas pela Prefeitura ajudaram a segurar os números de abertura e a consulta para novos empreendimentos e de negócios em nosso município. O número de consultas com pequena queda em um ano turbulento como 2020 indica que nossa **economia** está se fortalecendo e que o ambiente de negócios da cidade está mais seguro e se consolidando cada vez mais como um bom local para investimento', finaliza o secretário.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Após secretários pedirem demissão, Guedes admite debandada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

Os secretários especiais de Desestatização e Privatização, Salim Mattar, e de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da **Economia**, Paulo Uebel, pediram, nesta terça-feira (11), demissão do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). À imprensa, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, reconheceu que houve uma 'debandada' da pasta.

'O Salim hoje me disse: 'a privatização não está andando, eu prefiro sair'. E o Uebel me disse o seguinte: 'a reforma administrativa não está sendo enviada, eu prefiro sair'. Esse é o fato,

essa é a verdade. Eu não escondo. Então você fala: 'houve uma debandada?' Hoje houve. Hoje houve uma debandada', declarou.

Os movimentos dão sequência a uma série de baixas no Ministério da **Economia** observada em julho. Em apenas duas semanas, Mansueto Almeida deixou oficialmente a Secretaria do Tesouro Nacional; Rubem Novaes pediu demissão da presidência do Banco do Brasil; e Caio Megale pediu exoneração do posto de diretor de programa da pasta.

Antes deles, Marcos Troyjo havia deixado o cargo de secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do ministério para assumir a presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), operado pelo Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

As novas baixas no Ministério da **Economia** ocorrem em um momento em que o **mercado** monitora com atenção os riscos de a regra do teto de gastos ser descumprida ou fragilizada em 2021 e em meio às dificuldades enfrentadas pela equipe econômica em implementar uma política efetiva de privatizações e conduzir uma discussão sobre reforma administrativa.

'Salim Mattar pediu demissão hoje. E isso, na verdade, é um sinal de insatisfação dele com o ritmo de privatização. O que ele me disse é que é muito difícil privatizar, que o establishment não deixa haver privatização, que é muito difícil, tudo muito emperrado, que tem que ter um apoio mais definido, mais decisivo', afirmou o ministro.

'Secretário Uebel a mesma coisa: reforma

administrativa está parada.

Infomoney

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA**

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Há pouco mais de um ano, o prefeito de Natal, Álvaro Dias, sancionou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O novo regramento permitiu ao investidor condições necessárias no que diz respeito a licenciamentos, **tributos**, incentivos, informações e segurança jurídica, para abrir ou manter aberto um empreendimento na capital potiguar. Uma mostra disso é o aumento expressivo da emissão de legalizações.

'A lei de microempresa, juntamente com a digitalização dos processos da Semurb, provocou um aumento de 500% na emissão de alvarás provisórios, considerando períodos anteriores, logo no primeiro ano de implementação. Dos alvarás definitivos, houve

um aumento anual de aproximadamente 300%, quantidade que se manteve estável mesmo no período de pandemia, o que nos dá indícios de que as flexibilizações da Lei e as modernizações da Semurb conseguiram evitar um dano maior na nossa **economia**, mesmo na fase de crise', explica o titular da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (Semurb), Thiago Mesquita.

Com base na legislação proposta e sancionada pela Prefeitura, o micro e pequeno empreendedor natalense conseguiu facilitar sua vida graças a diversas ações executadas pelo órgão, como a desburocratização da legalização para quem tem lotes pequenos com a ampliação da desobrigação de estacionamento para lotes até 300m² e com frente menor que 15m. Além disso, passou a ser permitida a flexibilização na acessibilidade de pequenos negócios que passam a ter a acessibilidade obrigatória nas áreas de atendimento ao público, mas facilitada para áreas de serviço. Um exemplo são pequenas unidades que têm sobreloja sem elevador, as quais passam a ser desobrigadas de instalar o equipamento caro que inviabiliza a legalização, muitas vezes.

Foto: Arquivo - Alex Régis

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

divulgação

Há pouco mais de um ano, o prefeito de Natal, Álvaro Dias, sancionou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O novo regramento permitiu ao investidor condições necessárias no que diz respeito a licenciamentos, **tributos**, incentivos, informações e segurança jurídica, para abrir ou manter aberto um empreendimento na capital potiguar. Uma mostra disso é o aumento expressivo da emissão de legalizações.

'A lei de micro empresa, juntamente com a digitalização dos processos da Semurb,

provocou um aumento de 500% na emissão de alvarás provisórios, considerando períodos anteriores, logo no primeiro ano de implementação. Dos alvarás definitivos, houve um aumento anual de aproximadamente 300%, quantidade que se manteve estável mesmo no período de pandemia, o que nos dá indícios de que as flexibilizações da Lei e as modernizações da Semurb conseguiram evitar um dano maior na nossa **economia**, mesmo na fase de crise', explica o titular da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (Semurb), Thiago Mesquita.

Com base na legislação proposta e sancionada pela Prefeitura, o micro e pequeno empreendedor natalense conseguiu facilitar sua vida graças a diversas ações executadas pelo órgão, como a desburocratização da legalização para quem tem lotes pequenos com a ampliação da desobrigação de estacionamento para lotes até 300m² e com frente menor que 15m. Além disso, passou a ser permitida a flexibilização na acessibilidade de pequenos negócios que passam a ter a acessibilidade obrigatória nas áreas de atendimento ao público, mas facilitada para áreas de serviço. Um exemplo são pequenas unidades que têm sobreloja sem elevador, as quais passam a ser desobrigadas de instalar o equipamento caro que inviabiliza a legalização, muitas vezes.

Os empreendedores também passaram a contar com o aumento da validade do alvará provisório para um ano, podendo ser prorrogada por mais 180 dias, período em que o empreendedor trabalha coberto pela lei e se capitaliza para efetivar alguma adequação física no

estabelecimento e providenciar os documentos para a legalização de todo o empreendimento.

Outras medidas importantes já implantadas na Semurb são a emissão automática para MEI, ME e pequenas empresas do alvará de funcionamento provisório para usos de baixo risco, a instituição da fiscalização educativa e a criação do processo unificado de licenciamento, ato administrativo que está sendo implementado com toda a digitalização dos sistemas da prefeitura, bem como da unificação do rito de licenciamento com todas as secretarias envolvidas.

Estes ganhos foram possíveis pela ampliação dos serviços do portal directa e pela migração dos sistemas de trabalho manuais ou de sistemas desatualizados para um mais moderno que integra toda a prefeitura. 'Com relação à consulta de localização realizada conjuntamente com a Jucern, através do sistema Redesim, temos observado um aumento inicial de 60 processos por ano para aproximadamente 15.000 por ano. Este número apresentou uma queda de apenas 10% nas consultas na pandemia, o que denota que o trabalho de digitalização e as facilidades ofertadas pela Prefeitura ajudaram a segurar os números de abertura e a consulta para novos empreendimentos e de negócios em nosso município. O número de consultas com pequena queda em um ano turbulento como 2020 indica que nossa **economia** está se fortalecendo e que o ambiente de negócios da cidade está mais seguro e se consolidando cada vez mais como um bom local para investimento', finaliza o secretário.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Indústria de alimentos e bebidas cresce 0,8% no primeiro semestre



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A indústria brasileira de alimentos e bebidas registrou crescimento de 0,8% em faturamento e de 2,7% em produção física no primeiro semestre de 2020 na comparação em relação ao mesmo período do ano passado.

Os setores que mais se destacaram em volume de produção foram açúcar (+22,6%), óleos vegetais (+3,9%) e carnes (+1,9%). Já o canal food service (restaurantes, bares, lanchonetes, serviços de alimentação nos hotéis, navios e aviões e lojas de conveniência) registrou queda de 29,5% nas vendas. O setor registrou ainda um aumento de 0,6% nas contratações diretas e formais, gerando 10,3 mil vagas no período. Os dados foram divulgados hoje (12) pela

Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia).

Segundo a associação, os resultados se devem à expansão das exportações e ao desempenho do varejo alimentar no **mercado** interno, já que o aumento do consumo das famílias dentro de casa foi um dos efeitos da pandemia do novo coronavírus. O aumento dos postos de trabalho é reflexo da expansão da produção e da necessidade de contratação para compensar o afastamento temporário de trabalhadores pertencentes a grupos de risco para a covid-19.

De acordo com o presidente-executivo da Abia, João Dornellas, embora a indústria de alimentos esteja enfrentando os impactos da pandemia, a produção e o abastecimento da população não foram interrompidos, não só pelo fato de se tratar de uma atividade essencial, como também pelas iniciativas tomadas pelo setor.

'O setor promoveu o monitoramento e o controle dos estoques no varejo e investiu em estruturas de proteção e segurança dos colaboradores nas fábricas e escritórios, entre outras. Nosso foco agora é manter o ritmo e trabalhar para colaborar ainda mais com a retomada econômica do país, gerar mais empregos e continuar levando alimento para a mesa dos brasileiros', disse.

Exportações

Segundo a pesquisa conjuntural, as exportações de alimentos industrializados no primeiro semestre de 2020 totalizaram US\$ 17,6 bilhões, o que representa um crescimento de 12,8% na

comparação com o primeiro semestre do ano passado. Os produtos mais vendidos foram carnes (+11,9%); óleos e gorduras (+30%); e açúcares (+48%). Os principais destinos dos produtos brasileiros foram Ásia (destaque para a China), Europa (Holanda, principalmente) e países árabes.

O saldo comercial positivo no semestre foi de US\$ 15,3 bilhões, 15,9% a mais do que no mesmo período do ano passado. A contribuição do setor para o saldo geral da balança comercial brasileira alcançou o patamar recorde de 68,2%.

A presidente do Conselho Diretor da Abia, Grazielle Parenti, destacou que o Brasil tem conquistado a confiança dos mercados externos. 'O Brasil é percebido, cada vez mais, como um parceiro confiável e relevante para garantir a segurança alimentar, papel que ganhou ainda mais destaque diante dos desafios da pandemia. Quando muitos países reduziram as suas exportações, o Brasil continuou fornecendo alimentos para o mundo. O país pode vir a expandir seu portfólio de produtos exportados em mercados potenciais como a China, Índia e países do Norte da África', afirmou.

De acordo com as estimativas da Abia, o setor deve encerrar o ano com crescimento de até 1% nas vendas reais e de até 11% nas exportações.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios em Natal (RN)



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Robson Pires

Há pouco mais de um ano, o prefeito de Natal (RN), Álvaro Dias, sancionou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O novo regramento permitiu ao investidor condições necessárias no que diz respeito a licenciamentos, **tributos**, incentivos, informações e segurança jurídica, para abrir ou manter aberto um empreendimento na capital potiguar. Uma mostra disso é o aumento expressivo da emissão de legalizações.

'A lei de micro empresa, juntamente com a digitalização dos processos da Semurb, provocou um aumento de 500% na emissão de

alvarás provisórios, considerando períodos anteriores, logo no primeiro ano de implementação. Dos alvarás definitivos, houve um aumento anual de aproximadamente 300%, quantidade que se manteve estável mesmo no período de pandemia, o que nos dá indícios de que as flexibilizações da Lei e as modernizações da Semurb conseguiram evitar um dano maior na nossa **economia**, mesmo na fase de crise', explica o titular da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (Semurb), Thiago Mesquita.

Com base na legislação proposta e sancionada pela Prefeitura, o micro e pequeno empreendedor natalense conseguiu facilitar sua vida graças a diversas ações executadas pelo órgão, como a desburocratização da legalização para quem tem lotes pequenos com a ampliação da desobrigação de estacionamento para lotes até 300m² e com frente menor que 15m. Além disso, passou a ser permitida a flexibilização na acessibilidade de pequenos negócios que passam a ter a acessibilidade obrigatória nas áreas de atendimento ao público, mas facilitada para áreas de serviço. Um exemplo são pequenas unidades que têm sobreloja sem elevador, as quais passam a ser desobrigadas de instalar o equipamento caro que inviabiliza a legalização, muitas vezes.

Os empreendedores também passaram a contar com o aumento da validade do alvará provisório para um ano, podendo ser prorrogada por mais 180 dias, período em que o empreendedor trabalha coberto pela lei e se capitaliza para efetivar alguma adequação física no estabelecimento e providenciar os documentos

para a legalização de todo o empreendimento.

Outras medidas importantes já implantadas na Semurb são a emissão automática para MEI, ME e pequenas empresas do alvará de funcionamento provisório para usos de baixo risco, a instituição da fiscalização educativa e a criação do processo unificado de licenciamento, ato administrativo que está sendo implementado com toda a digitalização dos sistemas da prefeitura, bem como da unificação do rito de licenciamento com todas as secretarias envolvidas.

Estes ganhos foram possíveis pela ampliação dos serviços do portal directa e pela migração dos sistemas de trabalho manuais ou de sistemas desatualizados para um mais moderno que integra toda a prefeitura. 'Com relação à consulta de localização realizada conjuntamente com a Jucern, através do sistema Redesim, temos observado um aumento inicial de 60 processos por ano para aproximadamente 15.000 por ano. Este número apresentou uma queda de apenas 10% nas consultas na pandemia, o que denota que o trabalho de digitalização e as facilidades ofertadas pela Prefeitura ajudaram a segurar os números de abertura e a consulta para novos empreendimentos e de negócios em nosso município. O número de consultas com pequena queda em um ano turbulento como 2020 indica que nossa **economia** está se

fortalecendo e que o ambiente de negócios da cidade está mais seguro e se consolidando cada vez mais como um bom local para investimento', finaliza o secretário.

O post Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás

provisórios em Natal (RN) apareceu primeiro em Blog do Robson Pires.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Rio Grande do Norte dá sinais de aquecimento da atividade econômica e recolhe R\$ 478 milhões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Reprodução

O Rio Grande do Norte dá sinais de que começa a reaquecer a **economia**. Os principais indicadores fiscais no mês de julho, marcado pela retomada das atividades não essenciais, já estão sendo considerados os melhores dos últimos cinco meses. O recolhimento de **tributos** no sétimo mês do ano atingiu a marca de R\$ 478 milhões.

Apesar de representar uma redução de 9% em relação ao volume arrecadado em julho de 2019, quando o RN somou R\$ 525 milhões em

recolhimento de **tributos**, este é o maior montante que entrou para os cofres estaduais desde março, quando foram decretadas as medidas de contenção ao avanço do novo coronavírus (Covid-19) no estado.

Em junho deste ano, o total recolhido do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) foi de R\$ 442 milhões. Já em maio, esse valor foi de R\$ 421 milhões e, em abril, R\$ 429 milhões. A receita de julho superou até mesmo a de março, quando foram arrecadados pelo estado R\$ 475 milhões em função dos três **tributos**.

Os números estão na décima edição do Boletim de Atividade Econômica, divulgado nesta terça-feira (11) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado.

O informativo, cujo monitoramento era semanal, passou a avaliar o nível das atividades econômicas mensalmente diante da volta ao funcionamento gradual dos principais segmentos da **economia** potiguar. O material está disponível para download no site da SET-RN (www.set.rn.gov.br).

Segundo dados do boletim, em julho, a arrecadação de ICMS, que é o principal tributo estadual, chegou a R\$ 420 milhões, volume

11% inferior aos R\$ 470 milhões recolhidos no sétimo mês de 2019. No entanto, quando comparado a junho deste ano, houve um aumento superior a 10% no recolhimento desse imposto.

Participação setorial

O setor que mais impulsionou essa alta na arrecadação de ICMS foi o comércio varejista. A arrecadação desse setor superou a do atacado, que vinha desde o início da pandemia apresentando as maiores altas. O varejo acumulou no mês passado R\$ 98 milhões, o maior montante entre os principais segmentos avaliados. Esse resultado traduz uma alta de aproximadamente 36% no comparativo com junho e o volume chega a ser maior até que o que foi arrecadado em julho do ano passado (R\$ 93 milhões).

No caso do atacado, o recolhimento subiu de R\$ 88 milhões para R\$ 96 milhões entre junho e julho deste ano e, nesse intervalo em 2019, o montante foi menor: R\$ 75 milhões. Os demais segmentos apresentaram níveis estáveis de arrecadação.

O informativo econômico da SET-RN também sinaliza uma tendência de aquecimento da **economia** do Rio Grande do Norte, considerando as transações comerciais feitas em julho deste ano. Os valores médios diários chegaram a cerca de R\$ 289,4 milhões. O varejo foi o setor que obteve melhores negociações em termos de valores médios diários por operação: cerca de R\$ 82 milhões. Já no atacado, esse valor foi de R\$ 51 milhões e, no setor de combustíveis, R\$ 41,8 milhões. Já na indústria o valor médio diário foi de cerca de R\$ 38 milhões.

Quanto à emissão de documentos fiscais, foram emitidas uma média de 873 mil notas fiscais por dia no mês, um volume ainda 11% menor do que o mesmo período de 2019, quando se obteve uma média diária de 984 mil notas fiscais emitidas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios em Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

12 de agosto de 2020 às 14:58

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios em Natal
[0] Comentários | Deixe seu comentário.

Há pouco mais de um ano, o prefeito de Natal, Álvaro Dias, sancionou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O novo regramento permitiu ao investidor condições necessárias no que diz respeito a licenciamentos, **tributos**, incentivos, informações e segurança jurídica, para abrir ou manter aberto um empreendimento na capital potiguar. Uma mostra disso é o aumento expressivo da emissão de legalizações.

'A lei de micro empresa, juntamente com a digitalização dos processos da Semurb, provocou um aumento de 500% na emissão de alvarás provisórios, considerando períodos anteriores, logo no primeiro ano de implementação. Dos alvarás definitivos, houve um aumento anual de aproximadamente 300%, quantidade que se manteve estável mesmo no período de pandemia, o que nos dá indícios de que as flexibilizações da Lei e as modernizações da Semurb conseguiram evitar um dano maior na nossa **economia**, mesmo na fase de crise', explica o titular da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (Semurb), Thiago Mesquita.

Com base na legislação proposta e sancionada pela Prefeitura, o micro e pequeno empreendedor natalense conseguiu facilitar sua vida graças a diversas ações executadas pelo órgão, como a desburocratização da legalização para quem tem lotes pequenos com a ampliação da desobrigação de estacionamento para lotes até 300m² e com frente menor que 15m. Além disso, passou a ser permitida a flexibilização na acessibilidade de pequenos negócios que passam a ter a acessibilidade obrigatória nas áreas de atendimento ao público, mas facilitada para áreas de serviço. Um exemplo são pequenas unidades que têm sobreloja sem elevador, as quais passam a ser desobrigadas de instalar o equipamento caro que inviabiliza a legalização, muitas vezes.

Os empreendedores também passaram a contar com o aumento da validade do alvará provisório para um ano, podendo ser prorrogada por mais 180 dias, período em que o empreendedor

trabalha coberto pela lei e se capitaliza para efetivar alguma adequação física no estabelecimento e providenciar os documentos para a legalização de todo o empreendimento.

Outras medidas importantes já implantadas na Semurb são a emissão automática para MEI, ME e pequenas empresas do alvará de funcionamento provisório para usos de baixo risco, a instituição da fiscalização educativa e a criação do processo unificado de licenciamento, ato administrativo que está sendo implementado com toda a digitalização dos sistemas da prefeitura, bem como da unificação do rito de licenciamento com todas as secretarias envolvidas.

Estes ganhos foram possíveis pela ampliação dos serviços do portal directa e pela migração dos sistemas de trabalho manuais ou de sistemas desatualizados para um mais moderno que integra toda a prefeitura. 'Com relação à consulta de localização realizada conjuntamente com a Jucern, através do sistema Redesim, temos observado um aumento inicial de 60 processos por ano para aproximadamente 15.000 por ano. Este número apresentou uma queda de apenas 10% nas consultas na pandemia, o que denota que o trabalho de digitalização e as facilidades ofertadas pela Prefeitura ajudaram a segurar os números de abertura e a consulta para novos empreendimentos e de negócios em nosso município. O número de consultas com pequena queda em um ano turbulento como 2020 indica que nossa **economia** está se fortalecendo e que o ambiente de negócios da cidade está mais seguro e se consolidando cada vez mais como um bom local para investimento', finaliza o secretário.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Nova sede do Laboratório Municipal de Natal será entregue na sexta-feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Prefeitura do Natal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS/Natal), entrega a nova sede do Laboratório Municipal de Natal nesta sexta-feira (14), às 15h, na zona Oeste da cidade. O prédio vai funcionar anexo à Unidade Básica de Saúde das Quintas, na Rua dos Paiatis s/n, de segunda a sábado das 7h às 19h.

Após projeto-piloto na Policlínica Zeca Passos, a estrutura passa a realizar as análises numa sede própria, mais eficiente e de maior potencial, com exames ambulatoriais que vão dar assistência às redes de atenção básica e de urgência do município. Com isso, o novo local vai possibilitar atender uma demanda maior de pacientes por conta própria (sem contratar na

rede privada), representando **economia** aos cofres públicos.

Exames hormonais, imunológicos e microbiológicos são alguns dos tipos executados pela equipe de bioquímicos e técnicos no laboratório. Análises como hemoglobina glicada, baciloscopia e exames de controle em geral da tabela SUS também serão realizadas diariamente. Futuramente, o local também poderá fazer coleta de hanseníase, diagnóstico de malária e ofertar maior variedade de testes hormonais aos usuários.

'Através do projeto piloto, percebemos mais agilidade no serviço, pois há exames que conseguimos realizar e entregar o resultado no mesmo dia, algo que facilita bastante o diagnóstico médico. Agora, nessa nova estrutura, o prédio passa a atender com mais conforto e rapidez, tendo um custo abaixo do que é praticado no **mercado**. A estrutura representa uma **economia** de 2,7 milhões por ano com empresas que prestavam esse serviço pra gente', destaca George Antunes, secretário de Saúde de Natal.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

LEI DA MICRO E PEQUENA EMPRESA AUMENTOU EM 500% EMISSÃO DE ALVARÁS PROVISÓRIOS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Hilneth Correia

Há pouco mais de um ano, o prefeito de Natal, Álvaro Dias, sancionou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O novo regramento permitiu ao investidor condições necessárias no que diz

respeito a licenciamentos, **tributos**, incentivos, informações e segurança jurídica, para abrir ou manter aberto um empreendimento na capital potiguar. Uma mostra disso é o aumento expressivo da emissão de legalizações.

'A lei de micro empresa, juntamente com a digitalização dos processos da Semurb, provocou um aumento de 500% na emissão de alvarás provisórios, considerando períodos anteriores, logo no primeiro ano de implementação. Dos alvarás definitivos, houve um aumento anual de aproximadamente 300%, quantidade que se manteve estável mesmo no período de pandemia, o que nos dá indícios de que as flexibilizações da Lei e as modernizações da Semurb conseguiram evitar um dano maior na nossa **economia**, mesmo na fase de crise', explica o titular da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (Semurb), Thiago Mesquita.

Com base na legislação proposta e sancionada pela Prefeitura, o micro e pequeno empreendedor natalense conseguiu facilitar sua vida graças a diversas ações executadas pelo órgão, como a desburocratização da legalização para quem tem lotes pequenos com a ampliação da desobrigação de estacionamento para lotes até 300m² e com frente menor que 15m. Além disso, passou a ser permitida a flexibilização na acessibilidade de pequenos negócios que passam a ter a acessibilidade obrigatória nas áreas de atendimento ao público, mas facilitada para áreas de serviço. Um exemplo são pequenas unidades que têm sobreloja sem elevador, as quais passam a ser desobrigadas de instalar o equipamento caro que inviabiliza a

legalização, muitas vezes.

Os empreendedores também passaram a contar com o aumento da validade do alvará provisório para um ano, podendo ser prorrogada por mais 180 dias, período em que o empreendedor trabalha coberto pela lei e se capitaliza para efetivar alguma adequação física no estabelecimento e providenciar os documentos para a legalização de todo o empreendimento.

Outras medidas importantes já implantadas na Semurb são a emissão automática para MEI, ME e pequenas empresas do alvará de funcionamento provisório para usos de baixo risco, a instituição da fiscalização educativa e a criação do processo unificado de licenciamento, ato administrativo que está sendo implementado com toda a digitalização dos sistemas da prefeitura, bem como da unificação do rito de licenciamento com todas as secretarias envolvidas.

Estes ganhos foram possíveis pela ampliação dos serviços do portal directa e pela migração dos sistemas de trabalho manuais ou de sistemas desatualizados para um mais moderno que integra toda a prefeitura. 'Com relação à consulta de localização realizada conjuntamente com a Jucern, através do sistema Redesim, temos observado um aumento inicial de 60 processos por ano para aproximadamente 15.000 por ano. Este número apresentou uma queda de apenas 10% nas consultas na pandemia, o que denota que o trabalho de digitalização e as facilidades ofertadas pela Prefeitura ajudaram a segurar os números de abertura e a consulta para novos empreendimentos e de negócios em nosso município. O número de consultas com

pequena queda em um ano turbulento como 2020 indica que nossa **economia** está se fortalecendo e que o ambiente de negócios da cidade está mais seguro e se consolidando cada vez mais como um bom local para investimento', finaliza o secretário.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Sem prever reajuste a ministros, STF aprova orçamento com R\$ 25,7 milhões a mais para 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou na tarde desta quarta-feira (12) uma proposta orçamentária para 2021 no valor de R\$ 712,4 milhões, um salto de R\$ 25,7 milhões em comparação à proposta aprovada no ano passado para 2020 (R\$ 686,7 milhões). De acordo com o STF, a proposta orçamentária não inclui reajuste salarial para os ministros da Corte, que recebem mensalmente R\$ 39,2 mil - teto do funcionalismo público.

'O que apresentamos agora é o possível no atual momento, sem prejuízo da soberania do Parlamento em aprimorar o orçamento', frisou o presidente do STF, Dias Toffoli. Toffoli destacou que o orçamento foi elaborado em conjunto com

a equipe de transição do próximo presidente da Corte, Luiz Fux, que assumirá o comando do tribunal no dia 10 de setembro.

'O resultado (da proposta orçamentária de 2021) é a mera aplicação de índice inflacionário sobre o orçamento de 2020, uma prática que tem sido adotada desde a implantação do teto constitucional de despesas', disse Toffoli. O salto no valor da proposta orçamentária de 2021, em relação à de 2020, é de 3,74%.

De acordo com Toffoli, o Supremo fez um mapeamento interno das demandas das diversas áreas do tribunal. Depois do levantamento preliminar, foi necessário aplicar um corte de R\$ 76 milhões, a fim de adaptar a proposta ao teto de gastos. Uma das saídas do Supremo foi compartilhar as despesas com a TV Justiça com outros órgãos que também aproveitam as instalações da emissora, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Conselho da Justiça Federal.

Fux aproveitou a sessão administrativa para dizer aos colegas que já está em contato com a equipe econômica para tratar do orçamento do STF para fazer eventuais ajustes. 'Depois da posse, vou conversar com os colegas, pedir que os colegas façam sugestões e depois vamos ter o contato com o Ministério da **Economia**', afirmou Fux.

Reajuste

O Supremo entrou na mira da opinião pública e da própria Justiça após uma série de gastos públicos durante a presidência de Toffoli, como

o contrato de R\$ 481,7 mil que previa a compra de lagostas e vinhos para refeições a serem servidas a autoridades. A compra entrou na mira do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU), virou alvo de ação popular movida pela deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) e chegou até a ser suspensa pela Justiça Federal do Distrito Federal.

A última vez que o Supremo aprovou uma proposta orçamentária com previsão de reajuste para os ministros foi em 2018. Sob a pressão de entidades da magistratura, o STF aprovou naquela ocasião (por 7 a 4) a inclusão de um reajuste 16,38% no **salário** dos próprios ministros na proposta orçamentária do ano seguinte, de 2019.

O reajuste acabou sancionado pelo então presidente Michel Temer, que elevou o **salário** dos ministros do STF de R\$ 33.763,00 para R\$ 39.293,32 (um salto de R\$ 5,5 mil), em meio à articulação para restringir o alcance do auxílio-moradia.

Distribuição

Na mesma sessão administrativa, os ministros do Supremo também aprovaram uma mudança no regimento para desafogar os gabinetes de ministros que se aproximam da aposentadoria. Com a mudança, todo ministro que estiver próximo de se aposentar deixará de receber novos processos nos seus últimos 60 dias de trabalho no STF.

'O objetivo é o melhor possível, evitar que os processos fiquem no gabinete aguardando o sucessor do ministro que se afastará. É um critério objetivo', disse o ministro Marco Aurélio

Mello.

Dessa forma, o decano do STF, ministro Celso de Mello, não vai receber novos processos a partir de setembro. Celso se aposenta em 1º de novembro, quando completa 75 anos e se aposenta compulsoriamente.

A mudança vai fazer com que os casos sejam distribuídos entre os demais ministros da Corte, evitando que os processos sejam encaminhados ao gabinete de Celso - e herdados pelo nome que vier a ser indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para a sua vaga..

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Congresso mantém veto de Bolsonaro ao BPC e a outros oito projetos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Por um acordo costurado com o governo, deputados mantiveram o veto do presidente Jair Bolsonaro à ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), proposta com impacto fiscal de R\$ 20 bilhões em 2021, de acordo com cálculos do Ministério da **Economia**.

O dispositivo aumentava o limite de renda familiar de um quarto para meio **salário** mínimo, permitindo na prática que mais pessoas tenham acesso ao pagamento a partir de 2021. Como a Câmara decidiu pela manutenção, o Senado não precisará analisar a medida.

Os deputados decidiram manter ainda o veto à lei do sistema de franquia empresarial, que dizia

que empresas públicas, sociedades de **economia** mista e as entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e municípios poderão adotar o sistema de franquia.

Foram mantidos ainda os vetos ao projeto de emendas de bancadas, ao sobre a dispensa de atestado médico e ao texto sobre informações dos conselhos profissionais.

Os vetos aos projetos sobre destinação de recursos nos leilões de veículos, a necessidade de cinemas de adaptarem a pessoas com autismo e também o de política do setor de tecnologias, também foram mantidos.

Mais cedo, os deputados derrubaram três vetos, entre eles parte do à medida provisória sobre o crédito rural. Mas para que os dispositivos presidenciais deixem de valer, a derrubada precisa ainda ser confirmada pelos senadores.

A sessão desta quarta, 12, é dividida em três etapas: uma de deputados federais, outra de senadores, na sequência e, por fim, mais uma com a Câmara.

Deputados analisam agora o veto ao projeto sobre licitação de advogados e contadores.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios em Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Há pouco mais de um ano, o prefeito de Natal, Álvaro Dias, sancionou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O novo regramento permitiu ao investidor condições necessárias no que diz respeito a licenciamentos, **tributos**, incentivos, informações e segurança jurídica, para abrir ou manter aberto um empreendimento na capital potiguar. Uma mostra disso é o aumento expressivo da emissão de legalizações.

'A lei de micro empresa, juntamente com a digitalização dos processos da Semurb, provocou um aumento de 500% na emissão de alvarás provisórios, considerando períodos anteriores, logo no primeiro ano de implementação. Dos alvarás definitivos, houve

um aumento anual de aproximadamente 300%, quantidade que se manteve estável mesmo no período de pandemia, o que nos dá indícios de que as flexibilizações da Lei e as modernizações da Semurb conseguiram evitar um dano maior na nossa **economia**, mesmo na fase de crise', explica o titular da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (Semurb), Thiago Mesquita.

Com base na legislação proposta e sancionada pela Prefeitura, o micro e pequeno empreendedor natalense conseguiu facilitar sua vida graças a diversas ações executadas pelo órgão, como a desburocratização da legalização para quem tem lotes pequenos com a ampliação da desobrigação de estacionamento para lotes até 300m² e com frente menor que 15m. Além disso, passou a ser permitida a flexibilização na acessibilidade de pequenos negócios que passam a ter a acessibilidade obrigatória nas áreas de atendimento ao público, mas facilitada para áreas de serviço. Um exemplo são pequenas unidades que têm sobreloja sem elevador, as quais passam a ser desobrigadas de instalar o equipamento caro que inviabiliza a legalização, muitas vezes.

Os empreendedores também passaram a contar com o aumento da validade do alvará provisório para um ano, podendo ser prorrogada por mais 180 dias, período em que o empreendedor trabalha coberto pela lei e se capitaliza para efetivar alguma adequação física no estabelecimento e providenciar os documentos para a legalização de todo o empreendimento.

Outras medidas importantes já implantadas na

Semurb são a emissão automática para MEI, ME e pequenas empresas do alvará de funcionamento provisório para usos de baixo risco, a instituição da fiscalização educativa e a criação do processo unificado de licenciamento, ato administrativo que está sendo implementado com toda a digitalização dos sistemas da prefeitura, bem como da unificação do rito de licenciamento com todas as secretarias envolvidas.

Estes ganhos foram possíveis pela ampliação dos serviços do portal directa e pela migração dos sistemas de trabalho manuais ou de sistemas desatualizados para um mais moderno que integra toda a prefeitura. 'Com relação à consulta de localização realizada conjuntamente com a Jucern, através do sistema Redesim, temos observado um aumento inicial de 60 processos por ano para aproximadamente 15.000 por ano. Este número apresentou uma queda de apenas 10% nas consultas na pandemia, o que denota que o trabalho de digitalização e as facilidades ofertadas pela Prefeitura ajudaram a segurar os números de abertura e a consulta para novos empreendimentos e de negócios em nosso município. O número de consultas com pequena queda em um ano turbulento como 2020 indica que nossa **economia** está se fortalecendo e que o ambiente de negócios da cidade está mais seguro e se consolidando cada vez mais como um bom local para investimento', finaliza o secretário.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios em Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Há pouco mais de um ano, o prefeito de Natal, Álvaro Dias, sancionou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O novo regramento permitiu ao investidor condições necessárias no que diz respeito a licenciamentos, **tributos**, incentivos, informações e segurança jurídica, para abrir ou manter aberto um empreendimento na capital potiguar. Uma mostra disso é o aumento expressivo da emissão de legalizações.

'A lei de micro empresa, juntamente com a digitalização dos processos da Semurb, provocou um aumento de 500% na emissão de alvarás provisórios, considerando períodos anteriores, logo no primeiro ano de implementação. Dos alvarás definitivos, houve

um aumento anual de aproximadamente 300%, quantidade que se manteve estável mesmo no período de pandemia, o que nos dá indícios de que as flexibilizações da Lei e as modernizações da Semurb conseguiram evitar um dano maior na nossa **economia**, mesmo na fase de crise', explica o titular da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (Semurb), Thiago Mesquita.

Com base na legislação proposta e sancionada pela Prefeitura, o micro e pequeno empreendedor natalense conseguiu facilitar sua vida graças a diversas ações executadas pelo órgão, como a desburocratização da legalização para quem tem lotes pequenos com a ampliação da desobrigação de estacionamento para lotes até 300m² e com frente menor que 15m. Além disso, passou a ser permitida a flexibilização na acessibilidade de pequenos negócios que passam a ter a acessibilidade obrigatória nas áreas de atendimento ao público, mas facilitada para áreas de serviço. Um exemplo são pequenas unidades que têm sobreloja sem elevador, as quais passam a ser desobrigadas de instalar o equipamento caro que inviabiliza a legalização, muitas vezes.

Os empreendedores também passaram a contar com o aumento da validade do alvará provisório para um ano, podendo ser prorrogada por mais 180 dias, período em que o empreendedor trabalha coberto pela lei e se capitaliza para efetivar alguma adequação física no estabelecimento e providenciar os documentos para a legalização de todo o empreendimento.

Outras medidas importantes já implantadas na

Semurb são a emissão automática para MEI, ME e pequenas empresas do alvará de funcionamento provisório para usos de baixo risco, a instituição da fiscalização educativa e a criação do processo unificado de licenciamento, ato administrativo que está sendo implementado com toda a digitalização dos sistemas da prefeitura, bem como da unificação do rito de licenciamento com todas as secretarias envolvidas.

Estes ganhos foram possíveis pela ampliação dos serviços do portal directa e pela migração dos sistemas de trabalho manuais ou de sistemas desatualizados para um mais moderno que integra toda a prefeitura. 'Com relação à consulta de localização realizada conjuntamente com a Jucern, através do sistema Redesim, temos observado um aumento inicial de 60 processos por ano para aproximadamente 15.000 por ano. Este número apresentou uma queda de apenas 10% nas consultas na pandemia, o que denota que o trabalho de digitalização e as facilidades ofertadas pela Prefeitura ajudaram a segurar os números de abertura e a consulta para novos empreendimentos e de negócios em nosso município. O número de consultas com pequena queda em um ano turbulento como 2020 indica que nossa **economia** está se fortalecendo e que o ambiente de negócios da cidade está mais seguro e se consolidando cada vez mais como um bom local para investimento', finaliza o secretário.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios em Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Há pouco mais de um ano, o prefeito de Natal, Álvaro Dias, sancionou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O novo regramento permitiu ao investidor condições necessárias no que diz respeito a licenciamentos, **tributos**, incentivos, informações e segurança jurídica, para abrir ou manter aberto um empreendimento na capital potiguar. Uma mostra disso é o aumento expressivo da emissão de legalizações.

'A lei de micro empresa, juntamente com a digitalização dos processos da Semurb, provocou um aumento de 500% na emissão de alvarás provisórios, considerando períodos anteriores, logo no primeiro ano de implementação. Dos alvarás definitivos, houve

um aumento anual de aproximadamente 300%, quantidade que se manteve estável mesmo no período de pandemia, o que nos dá indícios de que as flexibilizações da Lei e as modernizações da Semurb conseguiram evitar um dano maior na nossa **economia**, mesmo na fase de crise', explica o titular da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (Semurb), Thiago Mesquita.

Com base na legislação proposta e sancionada pela Prefeitura, o micro e pequeno empreendedor natalense conseguiu facilitar sua vida graças a diversas ações executadas pelo órgão, como a desburocratização da legalização para quem tem lotes pequenos com a ampliação da desobrigação de estacionamento para lotes até 300m² e com frente menor que 15m. Além disso, passou a ser permitida a flexibilização na acessibilidade de pequenos negócios que passam a ter a acessibilidade obrigatória nas áreas de atendimento ao público, mas facilitada para áreas de serviço. Um exemplo são pequenas unidades que têm sobreloja sem elevador, as quais passam a ser desobrigadas de instalar o equipamento caro que inviabiliza a legalização, muitas vezes.

Os empreendedores também passaram a contar com o aumento da validade do alvará provisório para um ano, podendo ser prorrogada por mais 180 dias, período em que o empreendedor trabalha coberto pela lei e se capitaliza para efetivar alguma adequação física no estabelecimento e providenciar os documentos para a legalização de todo o empreendimento.

Outras medidas importantes já implantadas na

Semurb são a emissão automática para MEI, ME e pequenas empresas do alvará de funcionamento provisório para usos de baixo risco, a instituição da fiscalização educativa e a criação do processo unificado de licenciamento, ato administrativo que está sendo implementado com toda a digitalização dos sistemas da prefeitura, bem como da unificação do rito de licenciamento com todas as secretarias envolvidas.

Estes ganhos foram possíveis pela ampliação dos serviços do portal directa e pela migração dos sistemas de trabalho manuais ou de sistemas desatualizados para um mais moderno que integra toda a prefeitura. 'Com relação à consulta de localização realizada conjuntamente com a Jucern, através do sistema Redesim, temos observado um aumento inicial de 60 processos por ano para aproximadamente 15.000 por ano. Este número apresentou uma queda de apenas 10% nas consultas na pandemia, o que denota que o trabalho de digitalização e as facilidades ofertadas pela Prefeitura ajudaram a segurar os números de abertura e a consulta para novos empreendimentos e de negócios em nosso município. O número de consultas com pequena queda em um ano turbulento como 2020 indica que nossa **economia** está se fortalecendo e que o ambiente de negócios da cidade está mais seguro e se consolidando cada vez mais como um bom local para investimento', finaliza o secretário.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar fecha em R\$ 5,45 um dia após saída de secretários



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

No dia seguinte ao anúncio da saída de dois secretários do Ministério da **Economia**, o dólar subiu e a bolsa fechou praticamente estável. O dólar comercial encerrou esta quarta-feira (12) vendido a R\$ 5,453, com alta de R\$ 0,038 (+0,7%).

O real descolou-se de outras moedas e perdeu valor após a confirmação de que os secretários especiais de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Salim Mattar, e de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Paulo Uebel, pediram demissão. Ontem à noite, o ministro da **Economia** Paulo Guedes classificou a saída de 'debandada'.

Por volta das 15h, o dólar chegou a atingir R\$

5,49, mas perdeu força depois de o Banco Central (BC) intervir no **mercado**. A autoridade monetária leiloou US\$ 1 bilhão em contratos de swap cambial, que equivalem à venda de dólares no **mercado** futuro. Ao todo foram dois leilões, um pela manhã e outro à tarde.

Essa foi a primeira vez desde 19 de maio que a autoridade monetária leiloou contratos novos de swap. Desde então, o BC vinha apenas rolando (renovando) os contratos de swap em circulação, sem injetar papéis novos no **mercado**.

No **mercado** de ações, o índice Ibovespa, da B3 (a bolsa de valores brasileira), encerrou com pequena queda. Depois de operar em alta durante a manhã, o indicador passou a cair à tarde e recuperou-se perto do fim da sessão, até fechar com pequena queda de 0,06%, aos 102.118 pontos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

STF aprova orçamento de R\$ 712 milhões para 2021 sem previsão de reajuste para ministros



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: Sergio Lima/Poder360

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou na tarde desta quarta-feira (12) uma proposta orçamentária para 2021 no valor de R\$ 712,4 milhões, um salto de R\$ 25,7 milhões em comparação à proposta aprovada no ano passado para 2020 (R\$ 686,7 milhões).

De acordo com o STF, a proposta orçamentária não inclui reajuste salarial para os ministros da Corte, que recebem mensalmente R\$ 39,2 mil - teto do funcionalismo público.

'O que apresentamos agora é o possível no atual momento, sem prejuízo da soberania do Parlamento em aprimorar o orçamento', frisou o presidente do STF, Dias Toffoli. Toffoli destacou que o orçamento foi elaborado em conjunto com a equipe de transição do próximo presidente da Corte, Luiz Fux, que assumirá o comando do tribunal no dia 10 de setembro.

'O resultado (da proposta orçamentária de 2021) é a mera aplicação de índice inflacionário sobre o orçamento de 2020, uma prática que tem sido adotada desde a implantação do teto constitucional de despesas', disse Toffoli. O salto no valor da proposta orçamentária de 2021, em relação à de 2020, é de 3,74%.

De acordo com Toffoli, o Supremo fez um mapeamento interno das demandas das diversas áreas do tribunal. Depois do levantamento preliminar, foi necessário aplicar um corte de R\$ 76 milhões, a fim de adaptar a proposta ao teto de gastos.

Uma das saídas do Supremo foi compartilhar as despesas com a TV Justiça com outros órgãos que também aproveitam as instalações da emissora, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Conselho da Justiça Federal.

Durante a presidência de Toffoli, o Supremo entrou na mira da opinião pública e da própria Justiça após uma série de gastos públicos, como o contrato de R\$ 481,7 mil que previa a compra de lagostas e vinhos para refeições a serem servidas a autoridades.

A compra entrou na mira do Ministério Público

junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU), virou alvo de ação popular movida pela deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) e chegou até a ser suspensa pela Justiça Federal do Distrito Federal.

Durante a sessão administrativa, Fux disse que já está em contato com a equipe econômica para tratar do orçamento do STF. 'Depois da posse, vou conversar com os colegas, pedir que os colegas façam sugestões e depois vamos ter o contato com o Ministério da **Economia**', afirmou Fux.

Reajuste

A última vez que o Supremo aprovou uma proposta orçamentária com previsão de reajuste para os ministros foi em 2018. Sob a pressão de entidades da magistratura, o STF aprovou naquela ocasião (por 7 a 4) a inclusão de um reajuste 16,38% no **salário** dos próprios ministros na proposta orçamentária do ano seguinte, de 2019.

O reajuste acabou sancionado pelo então presidente Michel Temer, que elevou o **salário** dos ministros do STF de R\$ 33.763,00 para R\$ 39.293,32 (um salto de R\$ 5,5 mil), em meio à articulação para restringir o alcance do auxílio-moradia.

R7 e Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

'Nós respeitamos o teto de gastos', diz Bolsonaro, ao lado de Maia e Alcolumbre



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro fez uma declaração à imprensa na área externa do Palácio da Alvorada, nesta quarta-feira (12), ao lado dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e de ministros, para defender o teto de gastos, mecanismo que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. "Nós respeitamos o teto de gastos. Queremos a responsabilidade fiscal. O Brasil tem como realmente ser um daqueles países que melhor reagirá à questão da crise", afirmou Bolsonaro no início do pronunciamento.

Entre os ministros estava presente Paulo Guedes, da **Economia**, que acaba de enfrentar

uma "debandada" de secretários de sua pasta. Além dele, participaram os ministros da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. O líder do Governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (Solidariedade-TO), o líder do PP, Arthur Lira (AL), um dos principais nomes do 'Centrão', e o recém anunciado líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), também estavam presentes no discurso.

"A **economia** está reagindo e nós aqui resolvemos então com essa reunião direcionar mais as nossas forças para o bem comum daquilo que todos nós defendemos", disse Bolsonaro, antes de passar a palavra para Maia e Alcolumbre. O ministro Paulo Guedes não falou. Ontem, Guedes criticou auxiliares do presidente que, segundo ele, aconselham Bolsonaro a "furar" o teto de gastos como forma de se fortalecer na disputa pela reeleição. De acordo com o ministro, se fizer isso, Bolsonaro aproximará de uma "zona de impeachment".

"Reafirmamos nosso compromisso com o teto e com a boa alocação do gasto público. Reafirmar esse tema é reafirmar o compromisso com nosso país. Dentro dessa realidade, temos muito ainda a fazer e acho que de fato, reafirmar o teto de gastos e a regulamentação dos seus gatilhos, vai nos dar as condições de melhorar a administração do nosso Orçamento", declarou Rodrigo Maia.

'Nivelar informações'

De acordo com Alcolumbre, a reunião serviu

para alinhar as questões sobre o teto. "A agenda e a reunião proposta pelo presidente Bolsonaro é para nivelar as informações dessa agenda de responsabilidade fiscal. A gente tem uma emenda constitucional (do teto de gastos) que foi construída a várias mãos, limitando os gastos públicos. Precisamos formar o convencimento da sociedade dessa agenda", afirmou.

A emenda constitucional do teto de gastos foi promulgada no governo do ex-presidente Michel Temer, vale por 20 anos e prevê que os gastos da União (Executivo, Legislativo e Judiciário) não podem crescer acima da inflação do ano anterior. Como o Estadão antecipou, o Congresso e setores do próprio governo tentam driblar as amarras impostas pelo mecanismo para ampliarem os gastos públicos, principalmente em obras.

Nesta semana, o Estadão publicou que a equipe econômica prepara uma força-tarefa no Congresso em defesa da regra. A ideia é apresentar aos deputados e senadores números e dados que mostrem a atual situação fiscal do País e quais consequências do abandono do mecanismo neste momento. Uma espécie de 'road-show' (espécie de sessões públicas itinerantes) está sendo preparado pelo Ministério da **Economia**. As datas, porém, não estão definidas.

Entre os dados que serão apresentados pela equipe econômica aos congressistas, está a previsão de alta da dívida bruta do governo para 98,2% do Produto Interno Bruto em 2020, com o aumento do rombo nas contas públicas diante dos gastos maiores para o enfrentamento da covid-19. A previsão pré-pandemia era que a dívida, que teve em 2019 o

primeiro recuo em seis anos, fechasse este ano em 77,9% do PIB. O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, e sua equipe veem o teto como uma ferramenta importante de âncora da política econômica. A sua retirada é considerada por eles um caminho certo para o aumento dos **juros** e da desconfiança com o futuro do País.

Pressão

A ofensiva ocorre num momento em que a pressão por dribles no teto, até mesmo por parte do governo, colocou em estado de alerta os investidores do **mercado** financeiro. A atenção se volta para o comportamento de integrantes do governo, depois que a reportagem do Estadão revelou uma tentativa dos ministros da Casa Civil, Braga Netto, e do Desenvolvimento Regional, Rogerio Marinho, de fazer uma consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) para bancar investimentos em obras de infraestrutura com créditos extraordinários, que ficam fora do limite do teto. Outros movimentos foram feitos com o mesmo objetivo.

Na Câmara e no Senado, parlamentares de diversos partidos têm apresentado propostas para flexibilizar o teto e até mesmo estender o Estado de calamidade da pandemia, que termina em dezembro, até 2021. Com a calamidade, as regras fiscais, como a necessidade de cumprimento da meta fiscal (com limite para o rombo das contas públicas), ficam suspensas.

Confira o vídeo:

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Índice de confiança sobre



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Luiz antônio felipe

laf@tribunadonorte.com.br

No segmento industrial, o empresariado brasileiro também está mais confiante ao retomar o otimismo na **economia** em agosto. Pela primeira vez, desde o início da crise provocada pelo coronavírus, o setor industrial está realmente otimista, mostra o Índice de Confiança do Empresariado Industrial ao cruzar os 50 pontos, o que não ocorria desde março deste ano, revela a Confederação Nacional da Indústria (CNI), ficou em 57 pontos, o que significa que a confiança voltou de forma disseminada. Esse patamar é considerado alto.

Consumo

As vendas no varejo sobem 8,0% em junho ante maio, pelo segundo mês seguido de recuperação, após a flexibilização do isolamento no país, segundo o IBGE. Vem aquela história da 'corda de caranguejo': o comércio vende gerando mais renda, mais empregos e compra da indústria que segue movimentando o círculo virtuoso ao adquirir matérias-primas e insumos necessários ao processo de industrialização.

Antecedente

Mais um indicador positivo. O Indicador Antecedente Composto da **Economia** Brasileira, publicado em parceria entre a FGV IBRE e The Conference Board, subiu 1,9% em julho, com seis das oito séries componentes puxando a alta. A maior contribuição vem dos Índices de Expectativas da Indústria e dos Consumidores. O indicador agrega oito componentes que medem a atividade econômica no Brasil.

Limite

O Ministro da **Economia**, Paulo Guedes, afirma que não apoiará a tentativa de furar o teto de gastos. Seria uma atitude irresponsável gastar além do que a previsão de receitas, uma medida que deixaria o País vulnerável ao ataque especulativo do **mercado**. Levaria o País, em caso de necessidade de recursos, a pegar dinheiro emprestado mais caro. Precisa o Poder Público reduzir seus custos.

Cotações

O Ibovespa com o recuo de 0,06% manteve a trajetória de baixa a 102.174 pontos. O dólar fechou a R\$ 5,450 leve alta de 0,66%. O preço do barril de petróleo (spot) U\$ 42,5p4, alta de 0,73%. Já o ouro (Onça-Troy) fechou a U\$ 1.915,30 +4,24%, em um dia de vulnerabilidade.

Recuperação de receitas

A arrecadação do Estado, dos municípios e do Governo Federal, vem aumentando a cada mês, desde junho com a abertura dos negócios na volta às atividades. Será bem maior a partir deste mês de agosto e, assim, até o fim do ano se um novo surto do Covid-19 não aparecer no Brasil. A ajuda federal a Estados é R\$ 4,3 bilhões maior que prejuízo com o ICMS, mostra um levantamento. O RN caminha para reequilibrar sua receita do ICMS e ainda tem duas parcelas a receber da ajuda federal. Pode ser a garantia do pagamento de 50% do décimo terceiro de 2020.

Consumo

No Dia dos Pais, as compras online aumentaram 22,2%, de acordo com dados do Índice Cielo de Varejo Ampliado. Nesses dados do comércio eletrônico, não são levados em conta os números do setor de turismo e transporte, um dos mais atingidos pela crise.

Aumentos

O IPC e Cesta Básica tiveram aumento em Natal no mês de Julho, mostra o Idema, através da Coordenadoria de Estudos Socioeconômicos - CES. Uma alta de 0,42% em relação a junho. Com o resultado, a

variação no ano ficou em 2,08%; nos últimos doze meses +3,65% e 495,14% desde o início do Plano Real. O custo da Cesta Básica teve uma variação positiva de 1,87%

Agilidade

O Banco Central aprova o regulamento do Pix e confirma o início de operação plena para 16 de novembro. De acordo com o BC, o cadastro de Chaves Pix (número de telefone celular, CPF, CNPJ ou e-mail), começa em 5 de outubro. É o começo do fim do papel moeda. Foram feitas alterações nas condições de participação das instituições de pagamento.

Prazo

A Potigás lança novo parcelamento de débitos para usuários do segmento comercial, por conta da pandemia do novo coronavírus. A companhia viu o seu volume diário cair em mais de 50% e o índice de inadimplência aumentar, e para auxiliar na recuperação das empresas, oferece novo parcelamento. Os clientes têm até 31 de agosto para aderir pelo 3204-8500 ou pelo email financeiro@potigas.com.br.

Riscos

Empreendedores que criam negócios em momento de crise precisam estar atentos aos riscos e oportunidades, alerta o Sebrae. Entre 31 de março e 1º de agosto, foram criadas quase 680 mil novas empresas no Brasil. O RN ficou em segundo lugar em criação de empresas. O fenômeno é resultado da busca, cada vez maior, de pessoas que se viram desempregadas e que, por não conseguirem se reinserir no **mercado**.

Resultado

Com receita bruta de R\$ 9 bilhões, a rede de atacado Assaí tem resultado histórico no segundo trimestre. Esse resultado, que representa uma adição de R\$1,9 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior, foi o melhor da bandeira em um trimestre. No período, houve aumento de vendas para consumidores individuais e revendedores, o que mais que compensou a menor demanda do segmento de food service.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Ao lado de Maia e Alcolumbre, Bolsonaro garante teto de gastos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro fez uma declaração à imprensa na área externa do Palácio da Alvorada, ao lado dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e de ministros, para defender o teto de gastos, mecanismo que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. "Nós respeitamos o teto de gastos. Queremos a responsabilidade fiscal. O Brasil tem como realmente ser um daqueles países que melhor reagirá à questão da crise", afirmou Bolsonaro no início do pronunciamento.

Salim Mattar aponta motivos da saída do cargo

Planalto vai trocar líder na Câmara

Entre os ministros estava presente Paulo Guedes, da **Economia**, que acaba de enfrentar uma "debandada" de secretários de sua pasta. Além dele, participaram os ministros da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. O líder do Governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (Solidariedade-TO), o líder do PP, Arthur Lira (AL), um dos principais nomes do 'Centrão', e o recém anunciado líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), também estavam presentes no discurso.

"A **economia** está reagindo e nós aqui resolvemos então com essa reunião direcionar mais as nossas forças para o bem comum daquilo que todos nós defendemos", disse Bolsonaro, antes de passar a palavra para Maia e Alcolumbre. O ministro Paulo Guedes não falou. Ontem, Guedes criticou auxiliares do presidente que, segundo ele, aconselham Bolsonaro a "furar" o teto de gastos como forma de se fortalecer na disputa pela reeleição. De acordo com o ministro, se fizer isso, Bolsonaro aproximará de uma "zona de impeachment".

"Reafirmamos nosso compromisso com o teto e com a boa alocação do gasto público. Reafirmar esse tema é reafirmar o compromisso com nosso país. Dentro dessa realidade, temos muito ainda a fazer e acho que de fato, reafirmar o teto de gastos e a regulamentação dos seus gatilhos, vai nos dar as condições de melhorar a administração do nosso Orçamento", declarou Rodrigo Maia.

'Nivelar informações'

De acordo com Alcolumbre, a reunião serviu para alinhar as questões sobre o teto. "A

agenda e a reunião proposta pelo presidente Bolsonaro é para nivelar as informações dessa agenda de responsabilidade fiscal. A gente tem uma emenda constitucional (do teto de gastos) que foi construída a várias mãos, limitando os gastos públicos. Precisamos formar o convencimento da sociedade dessa agenda", afirmou.

A emenda constitucional do teto de gastos foi promulgada no governo do ex-presidente Michel Temer, vale por 20 anos e prevê que os gastos da União (Executivo, Legislativo e Judiciário) não podem crescer acima da inflação do ano anterior. Como o Estadão antecipou, o Congresso e setores do próprio governo tentam driblar as amarras impostas pelo mecanismo para ampliarem os gastos públicos, principalmente em obras.

Nesta semana, o jornal O Estado de SP publicou que a equipe econômica prepara uma força-tarefa no Congresso em defesa da regra. A ideia é apresentar aos deputados e senadores números e dados que mostrem a atual situação fiscal do País e quais consequências do abandono do mecanismo neste momento. Uma espécie de 'road-show' (espécie de sessões públicas itinerantes) está sendo preparado pelo Ministério da **Economia**. As datas, porém, não estão definidas.

Entre os dados que serão apresentados pela equipe econômica aos congressistas, está a previsão de alta da dívida bruta do governo para 98,2% do Produto Interno Bruto em 2020, com o aumento do rombo nas contas públicas diante dos gastos maiores para o enfrentamento da covid-19. A previsão pré-pandemia era que a dívida, que teve em 2019 o primeiro recuo em seis anos, fechasse este ano em 77,9% do PIB. O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, e sua equipe veem o teto como uma ferramenta importante de âncora da

política econômica. A sua retirada é considerada por eles um caminho certo para o aumento dos **juros** e da desconfiança com o futuro do País.

Pressão

A ofensiva ocorre num momento em que a pressão por dribles no teto, até mesmo por parte do governo, colocou em estado de alerta os investidores do **mercado** financeiro. A atenção se volta para o comportamento de integrantes do governo, depois que a reportagem do Estadão revelou uma tentativa dos ministros da Casa Civil, Braga Netto, e do Desenvolvimento Regional, Rogerio Marinho, de fazer uma consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) para bancar investimentos em obras de infraestrutura com créditos extraordinários, que ficam fora do limite do teto. Outros movimentos foram feitos com o mesmo objetivo.

Na Câmara e no Senado, parlamentares de diversos partidos têm apresentado propostas para flexibilizar o teto e até mesmo estender o Estado de calamidade da pandemia, que termina em dezembro, até 2021. Com a calamidade, as regras fiscais, como a necessidade de cumprimento da meta fiscal (com limite para o rombo das contas públicas), ficam suspensas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Lei da Micro e Pequena Empresa aumentou em 500% emissão de alvarás provisórios em Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

foto:Joao Maria Medeiros

Há pouco mais de um ano, o prefeito de Natal, Álvaro Dias, sancionou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O novo regramento permitiu ao investidor condições necessárias no que diz respeito a licenciamentos, **tributos**, incentivos, informações e segurança jurídica, para abrir ou manter aberto um empreendimento na capital potiguar. Uma mostra disso é o aumento expressivo da emissão de legalizações.

'A lei de micro empresa, juntamente com a digitalização dos processos da Semurb,

provocou um aumento de 500% na emissão de alvarás provisórios, considerando períodos anteriores, logo no primeiro ano de implementação. Dos alvarás definitivos, houve um aumento anual de aproximadamente 300%, quantidade que se manteve estável mesmo no período de pandemia, o que nos dá indícios de que as flexibilizações da Lei e as modernizações da Semurb conseguiram evitar um dano maior na nossa **economia**, mesmo na fase de crise', explica o titular da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (Semurb), Thiago Mesquita.

Com base na legislação proposta e sancionada pela Prefeitura, o micro e pequeno empreendedor natalense conseguiu facilitar sua vida graças a diversas ações executadas pelo órgão, como a desburocratização da legalização para quem tem lotes pequenos com a ampliação da desobrigação de estacionamento para lotes até 300m² e com frente menor que 15m. Além disso, passou a ser permitida a flexibilização na acessibilidade de pequenos negócios que passam a ter a acessibilidade obrigatória nas áreas de atendimento ao público, mas facilitada para áreas de serviço. Um exemplo são pequenas unidades que têm sobreloja sem elevador, as quais passam a ser desobrigadas de instalar o equipamento caro que inviabiliza a legalização, muitas vezes.

Os empreendedores também passaram a contar com o aumento da validade do alvará provisório para um ano, podendo ser prorrogada por mais 180 dias, período em que o empreendedor trabalha coberto pela lei e se capitaliza para efetivar alguma adequação física no

estabelecimento e providenciar os documentos para a legalização de todo o empreendimento.

Outras medidas importantes já implantadas na Semurb são a emissão automática para MEI, ME e pequenas empresas do alvará de funcionamento provisório para usos de baixo risco, a instituição da fiscalização educativa e a criação do processo unificado de licenciamento, ato administrativo que está sendo implementado com toda a digitalização dos sistemas da prefeitura, bem como da unificação do rito de licenciamento com todas as secretarias envolvidas.

Estes ganhos foram possíveis pela ampliação dos serviços do portal directa e pela migração dos sistemas de trabalho manuais ou de sistemas desatualizados para um mais moderno que integra toda a prefeitura. 'Com relação à consulta de localização realizada conjuntamente com a Jucern, através do sistema Redesim, temos observado um aumento inicial de 60 processos por ano para aproximadamente 15.000 por ano. Este número apresentou uma queda de apenas 10% nas consultas na pandemia, o que denota que o trabalho de digitalização e as facilidades ofertadas pela Prefeitura ajudaram a segurar os números de abertura e a consulta para novos empreendimentos e de negócios em nosso município. O número de consultas com pequena queda em um ano turbulento como 2020 indica que nossa **economia** está se fortalecendo e que o ambiente de negócios da cidade está mais seguro e se consolidando cada vez mais como um bom local para investimento', finaliza o secretário.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Saída do governo e apoio ao projeto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O empresário Salim Mattar, que deixou o cargo de secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, disse que continua apoiando a pauta econômica do ministro Paulo Guedes e também do governo Bolsonaro. 'Deixei o governo porque, em minha análise de esforço despendido versus resultados obtidos, a conta foi negativa', disse em artigo publicado no 'Brazil Journal'. 'Concluí que dedicando meu tempo aos institutos liberais Brasil afora, posso continuar contribuindo para a construção de um país melhor, com menos estado, menos oneroso para o cidadão e menor interferência na vida privada. Um país onde a liberdade seja o seu maior valor', destacou.

Gigantesco e persistente

Salim Mattar afirma, no artigo, que grupos de interesse - legítimos e democráticos, faz a ressalva - dificultam o processo de desestatização. 'O estado-empresário é gigantesco e não quer ser amputado', apontou. Em 19 meses, informou, foram R\$ 19 bilhões em desestatização, reduzindo o número para 84 empresas. 'Mas ainda há um enorme trabalho a fazer', alertou.

Candidatura descartada

O ex-prefeito Carlos Eduardo se reuniu com pré-candidatos a vereador do PDT, partido ao qual é filiado. Ele descartou concorrer, nas eleições deste ano, a uma vaga na Câmara Municipal. A informação foi destaque no blog Território Livre, hospedado na TN Online. 'Depois de ouvir apelo dos PDTistas para somar sua candidatura a vereador, Carlos Eduardo descartou. Disse que está habituado a fazer campanha corpo a corpo e que este ano isso não será possível em razão da pandemia', noticiou o TL.

Lei da Micro e Pequena Empresa

O superintendente do Sebrae-RN, José Ferreira de Melo, ao lado de representantes do setor produtivo e lideranças empresariais do Estado, se reuniram com o presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira de Souza. Eles foram tratar do projeto que cria a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa do RN. A proposta deve definir um marco legal para que se tenha, no Estado, um ambiente favorável aos

pequenos negócios. Entre os participantes do encontro, também estavam os presidentes do Conselho Deliberativo do Sebrae-RN, **Marcelo Queiroz**; da CDL, José Lucena; da Faern, José Vieira; da Federação das Associações Comerciais, Itamar Manso Maciel; da Associação Comercial do Estado, Schiavo Fernandes; e da FCDL, José Maria Silva. Os representantes do setor produtivo pretendem apresentar sugestões para aperfeiçoamento do projeto de lei.

Tropas federais

O deputado federal General Girão (PSL) enviou ofício ao ministro da Justiça, André Mendonça, no qual solicitou apoio do que o parlamentar considerou contra atos de vandalismo, "que têm sido praticados por alunos e, provavelmente, por elementos infiltrados" nas instalações do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). General Girão, no ofício protocolado ontem, no Ministério da Justiça, pediu o envio "de tropas federais para prover a segurança das instalações do IFRN em Natal". O deputado Girão havia afirmado que "os atos de agressão cometidos no IFRN, por pessoas que não aceitam uma decisão legal atingiram o limite".

Teste positivo

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), confirmou ontem que foi diagnosticado com covid-19. O tucano afirmou não ter sintomas e vai permanecer em isolamento pelos próximos dez dias. "Seguindo o princípio da total transparência com que temos lidado com a pandemia, informo que fui diagnosticado com covid-19. Estou bem, sem sintomas. Seguirei trabalhando de casa, cumprindo as

recomendações médicas de isolamento. Tenho fé em Deus que vou superar a doença", disse em vídeo divulgado nas redes sociais. Na entrevista coletiva sobre combate ao coronavírus em São Paulo, o vice-governador, Rodrigo Garcia, afirmou que Doria "continuará dando as orientações para as equipes". Garcia vai participar dos atos presenciais e entrevistas, enquanto o governador estiver em isolamento. "Imediatamente após a confirmação do exame, Doria iniciou isolamento em sua residência", disse.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ

Presidente da Assembléia garante apoio a lei das pequenas empresas

Política

QUARTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2020 | AGRICULTURA 3

“Nós respeitamos o teto de gastos”, diz Bolsonaro, com Maia e Alcolumbre

PMDB | Presidente da República estiga compromissos em relação a regra que impede que os despesas cresçam em ritmo superior à inflação e que está sob pressão dentro do grupo governista. Ministros da Saúde, da Educação, do Trabalho e do Emprego, do Meio Ambiente, do Planejamento e do Desenvolvimento Regional, além de outros ministros, também estão presentes.

O presidente Jair Bolsonaro fez uma declaração à imprensa no final de uma reunião do Conselho de Defesa da República (CDR) no Palácio do Planalto, em Brasília, nesta quinta-feira (12), ao lado do primeiro-ministro Paulo Henrique Amorim (PSD), do ministro da Saúde, Marcelo Coura (PSD), do ministro do Trabalho e do Emprego, Rodrigo Maia (PMDB), do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (PSD), do ministro do Planejamento, Fernando Haddad (PSD) e do ministro do Desenvolvimento Regional, Sérgio Moraes (PSD).
“Nós respeitamos o teto de gastos”, afirmou Bolsonaro, acrescentando que o governo não pretende ultrapassar esse limite. “Nós respeitamos o teto de gastos”, afirmou Bolsonaro, acrescentando que o governo não pretende ultrapassar esse limite. “Nós respeitamos o teto de gastos”, afirmou Bolsonaro, acrescentando que o governo não pretende ultrapassar esse limite.



Presidente Jair Bolsonaro com ministros da Saúde, do Trabalho e do Emprego, do Meio Ambiente, do Planejamento e do Desenvolvimento Regional, além de outros ministros, também estão presentes.

segundo de responsabilidade fiscal. A regra prevê que os gastos não possam crescer em ritmo superior à inflação. Bolsonaro afirmou que o governo não pretende ultrapassar esse limite. “Nós respeitamos o teto de gastos”, afirmou Bolsonaro, acrescentando que o governo não pretende ultrapassar esse limite.

de 2019. O ministro do Trabalho, Paulo Henrique Amorim, afirmou que o governo não pretende ultrapassar esse limite. “Nós respeitamos o teto de gastos”, afirmou Bolsonaro, acrescentando que o governo não pretende ultrapassar esse limite.

“LEI GERAL”

Presidente da Assembleia garante apoio a lei das pequenas empresas

O líder do governo na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Ezequiel Ferreira (PSDB), afirmou que o governo não pretende ultrapassar o teto de gastos. “Nós respeitamos o teto de gastos”, afirmou Ferreira, acrescentando que o governo não pretende ultrapassar esse limite.

de 2019. O ministro do Trabalho, Paulo Henrique Amorim, afirmou que o governo não pretende ultrapassar esse limite. “Nós respeitamos o teto de gastos”, afirmou Bolsonaro, acrescentando que o governo não pretende ultrapassar esse limite.

Novo líder do governo na Câmara será do Centro

O deputado federal Sérgio Vitor (PSD) afirmou que o novo líder do governo na Câmara será do Centro. “Nós respeitamos o teto de gastos”, afirmou Vitor, acrescentando que o governo não pretende ultrapassar esse limite.



Sérgio Vitor, deputado federal pelo PSD.

proposta.

Ezequiel Ferreira conversou com o representantes da Federação das Indústrias (Fiern), Federação do Comércio (Fecomércio), Federação das Associações Comerciais (Facern), Federação da Agricultura e Pecuária (Faern) e Associação Comercial do Rio Grande do Norte (ACRN), além da Federação das Câmara de Dirigentes Lojistas (FCDL), Confederação dos Dirigentes Lojistas de Natal (CDL Natal) e do Sebrae/RN. No encontro, o presidente da Assembléia disse que estava à disposição do setor produtivo para ajudar na tramitação e na discussão da proposta. Para o deputado, o projeto é fundamental para a **economia** potiguar.

“A classe política é sabedora que o projeto de lei que chega ao Legislativo Estadual tomou por base as melhores práticas que existem no País em termos de legislação para construir essa minuta”, disse Ezequiel Ferreira.

A minuta da proposta, enviada à Assembléia pela governadora Fátima Bezerra após diálogo com o setor produtivo, propõe uma série de instrumentos normativos nas áreas de políticas de desenvolvimento, desburocratização, assim como compras governamentais e incentivos tributários para empresas de pequeno porte, microempresas, microempreendedores individuais (MEI) e empreendimentos econômicos solidários. A expectativa é que a nova lei amplie a geração de emprego e renda, principalmente após as perdas econômicas decorrentes da pandemia do coronavírus.

Um dos pleitos que seriam apresentados pelo setor ao deputado Ezequiel Ferreira seria com a formação de grupo de trabalho para analisar a proposta junto aos empresários. Contudo, o

Os micro e pequenos empresários do Rio Grande do Norte estão próximos de aproveitar um ambiente mais favorável aos negócios no Estado. Na tarde desta quarta-feira (12), o presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), recebeu representantes do setor produtivo potiguar para discutir o projeto de lei que institui e disciplina a Lei Geral da Micro e Pequenas Empresas no Estado e garantiu total apoio à proposta. O presidente do Legislativo, inclusive, anunciou que vai formar um grupo de parlamentares para acompanhar e debater junto ao empresário o aperfeiçoamento da

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

presidente do Legislativo já havia se antecipado e logo no início da reunião informou aos representantes do setor produtivo que o grupo já estava em sendo constituído e que faria a ponte entre os empresários e a Casa.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Qualifica Assú: Segunda fase do programa ofertará seis cursos e contemplará 540 pessoas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Lúcio Flávio

Imagem: Assessoria

Por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho, Cidadania e Habitação, a Prefeitura do Assú já está debruçada por sobre a definição do cronograma para a realização de seis cursos à distância dentro da segunda etapa do programa Qualifica Assú, realização social que conta com a parceria institucional do núcleo regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do RN (**Senac/RN**).

Conforme informação do secretário Carlos

Júnior, este segundo módulo do programa, a ser anunciado até o fim do mês, ofertará seis cursos à distância.

Serão 18 turmas de 30 alunos, totalizando 540 beneficiários do município do Assú.

Edição de Vídeos no Celular; Ferramentas de Marketing Digital; Fotografia com Celular; Promova seu Negócio nas Redes Sociais; Oratória Avançada: Como Falar em Público nas Redes Sociais; Instagram para Negócios; e, Redes Sociais para Negócios constam no portfólio de oportunidades que será disponibilizado à população.

Visando assegurar chance de qualificação profissional e geração de emprego e renda, o Qualifica Assú foi concebido pela atual administração municipal para atender preferencialmente o público urbano e rural assistido pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

O seu lançamento oficial aconteceu no dia 30 de janeiro deste ano, na pasta de Assistência Social, Trabalho, Cidadania e Habitação.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN